

2022

PLAMAD

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS
PÚBLICAS SOBRE DROGAS (PLAMAD)

2022-2027

Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas - COMAD

Junho/2022

PREFEITURA DE
GASPAR



SENAPRED

Secretaria Nacional de Cuidados
e Prevenção às Drogas
RETROSPECTIVA 2019

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS (PLAMAD)

2022-2027

**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS
(COMAD)**

PREFEITURA MUNICIPAL

Kleber Wan-Dall – Prefeito Municipal

Marcelo Brick – Vice-Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Salésio Antonio da Conceição – Secretário Municipal

Geovanea Alves de Andrade Zimmermann - Diretora Geral

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Silvania Janoelo dos Santos – Secretária Municipal

Marcos Roberto Cruz – Secretário Municipal

Alan Vieira – Diretor-Geral Administrativo

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (COMAD)

Mesa Diretora:

Ícaro Gentile de Freitas – Presidente

Jan Carlos Ottobeli – Vice-Presidente

Denis Francis Valim – 1º Secretário

Rafael Hostins Hausmann – 2º Secretário

Tereza Trindade – 1ª Teroureira

Jocenira das Graças Oliveira Waltrick – 2ª Tesoureira

Conselheiros Governamentais:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Rubiana Azambuja Proença dos Santos - Títular

Franciele Spengler – Suplente

Gisele Goedert - Títular

Ícaro Gentile de Freitas - Suplente

Secretaria Municipal de Saúde

Denis Francis Valim - Títular

Jicéli Petró – Suplente

Teresa Trindade – Títular

Silvio de Mello – Suplente

Secretaria de Educação

Rebeca Finger - Títular

Cristiano Morais Medeiros – Suplente

Conselho Tutelar

André Luis da Conceição - Titular

Mayndra Tonet Francisco – Suplente

Conselheiros Não Governamentais:

Rede de Ensino Privado

Natália de Jesus - Titular

Daniel Luiz Schramm – Suplente

Organização dos Advogados do Brasil

Francisco Hostins Junior – Titular

Thaynara Nunes Schneider de Araujo

Entidade Religiosa ou Grupo de Mútua Ajuda

Jocenira das Graças Oliveira Waltrick

Otávia Sansão

Comunidade Terapêutica

Osmar Gonçalves - Titular

Antônia Maria da Silva - Suplente

Ednei Antonio Vieira – Titular

Jan Carlos Ottobeli - Suplente

Associação de Moradores

Rafael Hostins Hausmann

Leandro dos Santos Zendron

**COMITÊ ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO
DO PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS**

Rubiana Azambuja Proença dos Santos – Presidente

Jan Carlos Ottobeli – Membro

Rafael Hotins Hausmann – Membro

Silvio de Mello – Membro

Tereza da Trindade - Membro

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS (PLAMAD) DE GASPAR

ORGANIZAÇÃO - Equipe da Cruz Azul no Brasil

Egon Schlüter

Camila Biribio Woerner Pedron

Maria Roseli Rossi Avila

Jean Sasse

Fernando Diego Cardoso

Alana Sieves Wendhausen

Gabriela Schacht Camargo

Erenice Souza de Carvalho

André Aliatar Dutra

ORIENTAÇÃO TÉCNICA-METODOLÓGICA

Camila Biribio Woerner Pedron

REDAÇÃO

Maria Roseli Rossi Avila

COLABORAÇÃO

André Aliatar Dutra

Marlei Teresinha da Silva de Moraes (Estagiária)

Thayná Duarte de Souza (Estagiária)

COLABORAÇÃO VOLUNTÁRIA

Luis Carlos Avila Júnior

Siddhartha de Moraes Rodrigues

CAPA

Luis Carlos Avila Júnior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO.....	9
2.1 O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD).....	10
2.2 A construção de um Plano Municipal sobre Drogas em Gaspar	11
2.3 O processo de alinhamento estratégico e construção do Plano Municipal sobre drogas ...	11
2.4 Justificativa e objetivos para a construção do PLAMAD.....	14
2.5 O diagnóstico.....	16
3 ANÁLISE EXECUTIVA DA QUESTÃO DAS DROGAS EM GASPAR	19
3.1 Introdução.....	19
3.2 Público-Alvo.....	20
3.3 Objetivos.....	20
3.3.1 Objetivo Geral	20
3.3.2 Objetivos Específicos	21
3.4 Metodologia.....	21
3.5 EIXOS-ESTRATÉGICOS	22
3.5.1 Eixo da Prevenção	22
3.5.2 Eixo do Tratamento, Cuidado e Reinserção Social	40
3.4.3 Eixo da Redução de Oferta	66
3.4.4 Eixo de Pesquisa e Avaliação	71
3.4.5 Eixo da Governança, Gestão e Integração.....	76
4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92

1 INTRODUÇÃO

É consenso no mundo todo que o problema do uso e abuso de drogas tem aumentado gradativamente e se intensificado de forma avassaladora. Causa estranheza, no entanto, que o debate sobre o assunto esteja focalizado no uso e abuso de drogas ilícitas como a maconha e a cocaína, sendo que as drogas lícitas como o álcool, o tabaco e os medicamentos se constituem como um problema de saúde pública tão ou mais grave, mas não recebem, em nível mundial, o mesmo tratamento ou proporção de sua gravidade em relação às demais.

Apesar do consumo de psicoativos ser uma prática desde tempos remotos, foi ao longo do século XX que o uso de algumas dessas substâncias se consolidou como um campo de atenção, debate e preocupação social e de Estado. Essa preocupação possui dois focos principais: as políticas de cuidado à saúde das pessoas que fazem uso problemático de drogas e as políticas de combate ao tráfico.

Em 1909, em Xangai na China, ocorreu o primeiro encontro internacional sobre o uso de ópio, droga que se disseminava rapidamente em vários países no início daquele século. O encontro foi organizado pelos Estados Unidos da América (EUA) e tinha como objetivo propor estratégias internacionais de controle da droga. Mais tarde, em Haia, Holanda, ocorreu mais um encontro denominado de Conferência Internacional do Ópio. Desde essa Conferência Internacional, ocorrida em 1912, iniciaram-se ações diretas e contínuas de combate às drogas (substâncias psicoativas que alteram a percepção e a consciência do usuário). A Conferência trouxe resoluções, abandonadas no período entre as duas grandes guerras, mas que influenciaram futuros processos decisórios da política sobre drogas no mundo. Como exemplo, as resoluções da Convenção Única sobre Entorpecentes realizada, em 1961, nos Estados Unidos da América (EUA) que foi o marco decisório para a construção das políticas nacionais sobre drogas. As deliberações daquela Convenção resultaram na implantação de paradigmas globais cujo aporte metodológico fundamenta as políticas sobre drogas até hoje.

A partir dessas iniciativas, também o Brasil buscou estruturar sua política nacional sobre drogas no país. Um dos primeiros registros públicos de legislações sobre drogas encontrados, apontaram o ano de 1921 como aquele em que as preocupações com essa área culminaram com a criação do primeiro parâmetro legal abordando a temática no país.

Em 2006, o Brasil instituiu por meio do Decreto nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O Decreto de 2006 prescreveu medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e

dependentes de drogas, estabeleceu normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas e definiu crimes. Conforme o Art 3º da Lei, o Sisnad tem a finalidade de articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas com o disposto em sua Ementa.

Em 2019, no dia 11 de abril, foi sancionado o Decreto nº 9.761, que instituiu a atual Política Nacional sobre Drogas no Brasil (PNAD). O texto introdutório do Decreto dispõe as preocupações com o uso de álcool e outras drogas no país apontando um crescimento de 60% no número de mortes causadas diretamente pelo uso de drogas sendo este dado o recorte de apenas uma das consequências do problema. O mais preocupante é que esse aumento tão drástico de mortes ocorreu num período de apenas 15 anos entre os anos 2000 e 2015. É muito pouco tempo para um aumento tão substancial.

Ainda em 2019, no dia 05 de junho, por meio do Decreto nº 13.840, foi alterada a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, com o objetivo de tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e do financiamento das políticas sobre drogas. Trata-se, na verdade, de uma atualização na Lei nº 11.343, além da introdução de uma série de outras mudanças.

A Lei ainda aponta para a necessidade de um Plano Nacional de Políticas sobre Drogas e fomenta a transversalidade, interdisciplinaridade e integralidade das políticas de cuidado (tratamento, acolhimento, reinserção social e apoio) ao usuário e ao dependente de drogas. Incentiva, ainda, a participação social e comunitária na formulação, avaliação e acompanhamento da política evidenciando a existência e a necessidade de políticas de governança.

A atual Política ainda trouxe, em seu texto introdutório, dados de uma pesquisa nacional de levantamento domiciliar (II Lenad), realizada em 2012, sobre o consumo de drogas no Brasil. O estudo, da Inpad/Unifesp, realizado numa população com idade igual ou superior a 14 anos, aponta que a maconha é uma das drogas ilícitas mais consumidas no Brasil. A pesquisa demonstrou, ainda, que a cocaína é a segunda droga ilícita mais consumida, seguida do *crack*, além de reconhecer que os dados podem ser ainda mais impactantes porque foi realizada uma pesquisa domiciliar, que não considerou a população de rua.

Resultados, de pesquisas realizadas em 2001 e 2005 pelo Cebrid, 2006 pela Uniad/Unifesp, 2012 pelo Inpad/Unifesp e, em 2018, pela Fiocruz no Brasil, demonstram que a preocupação com o consumo de drogas no país se justifica, bem como as ações preventivas, reativas (tratamento/acolhimento) e repressivas que já ocorrem e que podem e devem ser

intensificadas. Os índices também apontam para a necessidade de monitoramento e de balização das políticas públicas, tanto em nível global (de país e mundo) como local (de município).

Neste sentido, justificam-se as prerrogativas da Lei nº 13.840, de 23 de agosto de 2019 que aponta para a necessidade de um Plano Nacional de Políticas sobre Drogas e da Gestão Executiva de Gaspar em pensar estratégias e ações na área do uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas, via construção de um Plano Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas para o município.

2 A ESTRUTURAÇÃO DO PLANO

No município de Gaspar, o processo histórico de construção e efetivação da política sobre drogas teve início, na década de 1990, com a instituição do primeiro Conselho municipal sobre drogas, por meio da Lei Ordinária nº 1.696, de 18 de junho de 1997, que instituiu o então Conselho Municipal de Entorpecentes (COMEN). Por meio do ato de criação, o COMEN foi integrado ao Conselho Estadual de Entorpecentes (CONEN/SC) e ao Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes.

Em 2019, foi insituída a Lei Complementar nº 108, de 08 de março, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre drogas – SISMAD e dá outras providências. O SISMAD, conforme o Art 2º da lei, é o conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais do Município, integradas às ações governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, objetivando a redução da demanda de drogas.

Com a nova lei, conforme o Parágrafo Único do Art. 1, o Conselho passa a denominar-se Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD) de Gaspar/SC.

No que tange ao caráter do Conselho, o Artigo 14 da Lei relata que Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - COMAD é órgão colegiado deliberativo, normatizador e controlador da Política Municipal sobre Drogas e das ações em todos os níveis, assegurada a participação de representantes de organizações da Sociedade Civil, do Poder Público Municipal e outros órgãos vinculados à esfera Estadual.

A Lei apresenta inovações em relação à legislação anterior. O artigo 4º da Lei apresenta conceitos que identificam e classificam as substâncias psicoativas. O texto da Lei, em seu Art. 4º, considera drogas como sendo toda substância natural ou produto químico que, em contato com o organismo humano, atue como depressor, estimulante ou perturbador, alterando

o funcionamento do sistema nervoso central, provocando mudanças no humor, na cognição e no comportamento, podendo causar dependência química.

2.1 O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD)

No que tange ao COMAD, este teve referendada sua nova composição por meio do Decreto nº 10.002/2021 com esta estrutura:



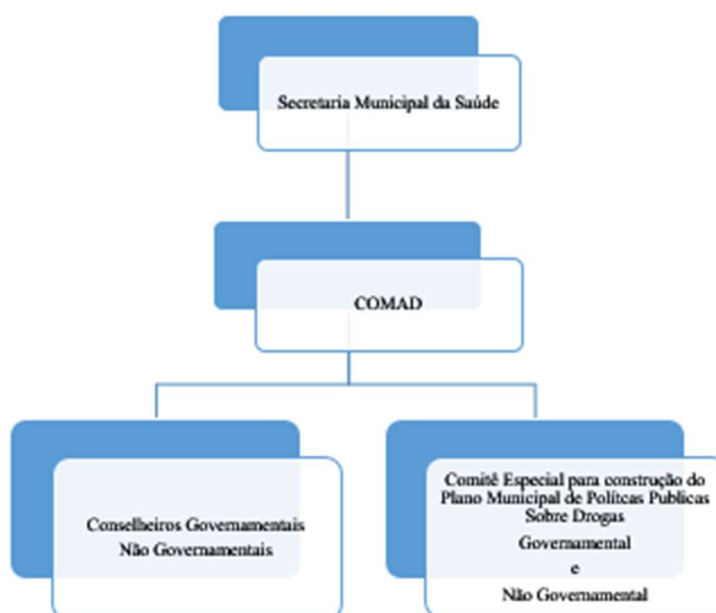
Como visto, Gaspar possui uma Política Municipal sobre drogas e um Conselho municipal ativo, no entanto, sempre existiu a carência de um Plano Municipal que mapeie e integre os serviços em toda a rede pública e privada, as necessidades da população e a proposição de soluções que possam nortear a política pública municipal no curto, médio e longo prazos focando na interdisciplinaridade, intersetorialidade, transversalidade e complementariedade entre os serviços públicos e privados. Neste sentido, é oportuna a elaboração de um Plano Municipal pois há a necessidade de alinhar e/ou realinhar as ações, serviços, políticas municipais às diretrizes da Política Nacional sobre Drogas aprovada em 11 de abril de 2019, por meio do Decreto nº 9.761/2019.

2.2 A construção de um Plano Municipal sobre Drogas em Gaspar

Em 2018, a Prefeitura de Gaspar firmou parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) para a construção do Plano por meio do Convênio nº 882193/2018-53/2018/SENAD.

No que tange ao monitoramento e acompanhamento das ações de construção do Plano, o COMAD constituiu um Comitê Especial, por meio do Decreto Municipal nº 9.999, de 31 de maio de 2021 assim estruturado:

Figura 2: Estrutura Construção PLAMAD



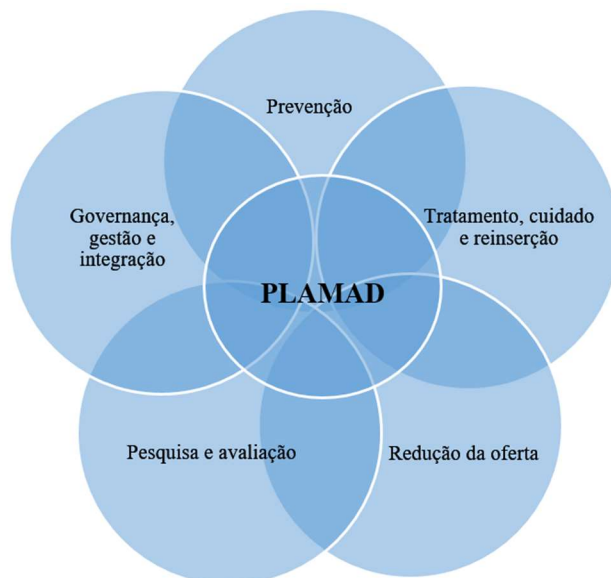
O acompanhamento e o monitoramento do processo de construção do PLAMAD foi realizado tanto pelo Comitê Especial, como pelo COMAD.

2.3 O processo de alinhamento estratégico e construção do Plano Municipal sobre drogas

Inicialmente, o Plano Municipal sobre drogas de Gaspar, estava previsto para ser elaborado a partir de cinco eixos-estratégicos, a saber: 1) prevenção; 2) tratamento; 3) capacitação; 4) reinserção; e 5) segurança pública (PLANO, 2019). No entanto, em 2020, o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) elaborou o Guia Metodológico para

elaboração do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas (PLANAD) com a definição de cinco objetivos estratégicos organizados em cinco eixos, quais sejam:

Figura 4: Eixos-estratégicos



Após deliberação, em 10 de novembro de 2021, o Comitê Especial para construção do Plano definiu que tanto o diagnóstico, como o Plano Municipal de Políticas Sobre Drogas (PLAMAD) seria elaborado em consonância com os objetivos estratégicos do PLANAD.

A Política Nacional sobre drogas compreende três dimensões ou atributos para a construção do PLANAD: 1) a *Dimensão Estratégica* – definição dos problemas centrais; 2) a *Dimensão Tática* – reflete as iniciativas e compromissos do governo no horizonte do plano para alcance dos objetivos e metas fixadas; e 3) a *Dimensão Operacional* – essencialmente ligada às atividades mais operacionais do órgão e à Lei Orçamentária Anual, a qual possui competência para a fixação das despesas que viabilizarão a execução da política sobre drogas.

Os objetivos estratégicos estão inseridos na *Dimensão Estratégica* e tem a ver com o diagnóstico levantado para a construção do plano.

Conforme definição do CONAD, a dimensão estratégica inclui a definição dos problemas centrais relacionados à questão das drogas a serem enfrentados onde serão levantados e analisados os problemas a partir de evidências e bases técnicas e científicas.

Após a identificação dos problemas, foram definidos objetivos estratégicos do Plano. Esses objetivos consideram os compromissos assumidos pelo Brasil com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas para o período 2021

a 2030, principalmente no que tange ao ODS número 3 que tem como meta específica reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool e reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos que tem como meta específica reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

Assim, o PLAMAD, inserido no SISMAD de Gaspar, foi elaborado respeitando o compromisso com o ODS 3 que diz respeito a redução da oferta e da demanda por drogas e de acordo com os cinco eixos dos objetivos estratégicos definidos no PLANAD. Cada eixo-estratégico possui metas e objetivos bem específicos:

- i) **Prevenção:** envolve ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, promover a abstinência e conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas;
- ii) **Tratamento, Cuidado e Reinserção Social:** abrange ações de atenção, cuidado, apoio, mútua ajuda, recuperação, tratamento, proteção, promoção, e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas;
- iii) **Redução da Oferta:** consiste em ações de repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas, além da regulação de substâncias controladas e ações de desenvolvimento sustentável;
- iv) **Pesquisa e Avaliação:** engloba as ações de expansão do conhecimento científico, desenvolvimento de indicadores, estatísticas e avaliação de políticas, programas e projetos;
- v) **Governança, Gestão e Integração:** contempla as ações de coordenação e integração, além da promoção da transparência e da realização da prestação de contas da política sobre drogas para a sociedade.

Ao COMAD, órgão central do sistema municipal de políticas sobre drogas, cabe o compromisso de dinamizar o esforço de seus integrantes no monitoramento das ações intersetoriais ofertadas pelas políticas públicas e pelos serviços das instituições não governamentais que prestam acolhimento, prevenção, proteção social e segurança das pessoas que usam álcool e outras drogas no município.

O Conselho é o órgão articulador da política no município e, como tal tem como papel incentivar a mobilização e participação social no processo de elaboração, monitoramento e avaliação do Plano, direito garantido na CF de 1988.

2.4 Justificativa e objetivos para a construção do PLAMAD

A construção de um Plano deve ser amplamente discutida para se justificar como instrumento de operacionalização e execução de uma Política Pública municipal. Neste sentido, o processo de construção do Plano de Gaspar foi acompanhado pelo Comad, pelo Comitê Especial criado especialmente para este fim, via decreto municipal, e passou, ainda, pelo processo de construção coletiva. Além das visitas técnicas na rede de serviços, órgãos e instituições, foram realizados momentos de discussão em reuniões descentralizadas com a comunidade e em seminário de discussão dos resultados e articulação da rede municipal. Também foram realizadas reuniões com o COMAD para avaliação e aprovação do documento.

A participação social se efetivou neste processo que teve como objetivo elaborar e implementar, de forma plural e democrática, o Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas em Gaspar, SC, em consonância com a realidade e necessidades do município, para fins de que este Plano seja o balizador das diretrizes, práticas e ações no que diz respeito ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas nos próximos cinco anos (2022 a 2027).

A construção deste Plano se justifica pelos dados apontados, anteriormente, nos estudos da Uniad/Unifesp, Cebrid e Fiocruz, que indicam que o pensar, planejar e implementar políticas efetivas a curto, médio e longo prazos para um município é assaz urgente. A própria PNAD e o SISNAD preveem a necessidade de construção de planos municipais sobre drogas com a finalidade de organizar e nortear as Políticas Municipais sobre drogas em consonância com as diretrizes da PNAD e do PLANAD.

O Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas é uma ferramenta que permite articular, integrar, organizar e coordenar estratégica, tática e operacionalmente o empenho conjunto dos municípios na busca de solucionar os problemas relacionados à questão das drogas no município, em consonância com as diretrizes das políticas e planos nos demais níveis de gestão.

A respeito do Plano Municipal sobre drogas, a Lei nº 13.840/2019, em seu Art. 8º-E, trata dos conselhos de políticas sobre drogas em todos os níveis de gestão e tece alguns objetivos para a elaboração do Plano Nacional e aos planos dos demais entes federados.

- I - auxiliar na elaboração de políticas sobre drogas;
- II - colaborar com os órgãos governamentais no planejamento e na execução das políticas sobre drogas, visando à efetividade das políticas sobre drogas;
- III - propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, ações, atividades e projetos voltados à prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e econômica e repressão ao tráfico ilícito de drogas;
- IV - promover a realização de estudos, com o objetivo de subsidiar o planejamento das políticas sobre drogas;
- V - propor políticas públicas que permitam a integração e a participação do usuário ou dependente de drogas no processo social, econômico, político e cultural no respectivo ente federado; e
- VI - desenvolver outras atividades relacionadas às políticas sobre drogas em consonância com o Sisnad e com os respectivos planos.

A elaboração de um Plano Nacional é uma obrigação da União determinada pela Lei nº 11.343/2006 e ratificada pela Lei nº 13.840/2019, no entanto, no que tange aos municípios, bem como aos Estados e ao Distrito Federal, a Lei incentiva a adesão na construção de seus respectivos planos.

Após adesão, o município tem papel central no que diz respeito a construção do Plano Municipal sobre drogas visto que é a partir da vivência nas cidades que a população acessa os serviços oferecidos pelo município.

Significa que o município possui autonomia, garantida no Pacto Federativo e na Constituição de 1988, relativa aos assuntos locais e campos de atuação próprios e distintos que devem ser articulados entre si na execução das políticas públicas. Além de que, o Poder Legislativo tem como atribuição criar e alterar leis, fiscalizar o Executivo e demais ações que envolvem a implementação das políticas públicas de responsabilidade municipal previstas no Pacto Federativo, ou seja: serviços, programas e direitos ofertados à população e adotadas pelo município no enfrentamento do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em toda rede de serviços de atendimento no município.

2.5 O diagnóstico

Para a formulação de um Plano de Políticas Públicas Sobre Drogas que busque melhorias de condições sociais e de saúde num município é imprescindível o estabelecimento de metas que respeitem diretrizes básicas como a intersetorialidade, a atenção integral, a educação, assistência e a prevenção, a promoção e a proteção à saúde.

A intersetorialidade faz referência à interação e integração entre as áreas da saúde, assistência social, educação, segurança pública, cultura, esporte, justiça e trabalho para efetivação de ações com potencial para interferir nos fatores de risco e assegurar direitos. A intersetorialidade contempla articulação e integração também entre Governo e Sociedade Civil com a finalidade do exercício do controle social, efetivação de direitos e integridade das ações.

A construção de políticas públicas deve ser respaldada no respeito e cumprimento às prerrogativas nacionais, estaduais e municipais da política sobre drogas e na implementação e fortalecimento articulado da rede pública e privada responsável pela efetivação da política.

Sob esse prisma foi realizado o Diagnóstico sobre drogas do município de Gaspar. Este diagnóstico, realizado de janeiro a novembro de 2021, foi a primeira etapa de elaboração do Plano e incluiu um amplo levantamento dos problemas sociais do município de Gaspar relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. O diagnóstico foi elaborado por uma empresa, com equipe especializada, contratada para este fim (Cruz Azul no Brasil) acompanhado do Comitê Especial para construção do Plano e pelo COMAD do município.

A realização de um diagnóstico municipal sobre drogas buscou reunir informações necessárias para apoiar a construção do Plano Municipal com a finalidade de fundamentar ações transformadoras que promovam o desenvolvimento integral, valorização e a inclusão do público relacionado ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município, o fortalecimento das redes de proteção, apoio e defesa de direitos, a integração das políticas públicas e serviços e a cooperação entre diferentes setores governamentais e não governamentais para promover ações locais.

A estratégia Problema-Solução, construída com base no MASP¹ foi a proposta metodológica para a fase de identificação do problema e análise situacional sobre drogas no município de Gaspar.

¹ Outras informações sobre o MASP: Disponível em: <https://www.siteware.com.br/metodologias/metodologia-de-analise-e-solucao-de-problemas/> Acesso em: 30 maio 2022.

Trata-se de uma estratégia dividida em várias etapas que compreendem as fases anteriormente descritas:

1) a *identificação do problema* ou ações que, na opinião dos sujeitos da instituição ou serviço, não ocorrem como deveriam ou que merecem maior atenção;

2) *observação do problema* com objetivo de coletar o máximo de informações que possam contribuir para a elaboração futura de metas e ações para sua resolução;

3) *caracterizar o problema* para maior compreensão de sua natureza e características;

4) a *discussão ou análise do problema* de forma conjunta no intuito de identificar e analisar prováveis causas (possíveis hipóteses), verificar sua prioridade e eixos-temáticos em que se encaixa;

5) a *elaboração da ação* ou ideia que possa contribuir para eliminar, corrigir ou minimizar o problema elencado e priorizado;

6) a *definição e planejamento final da ação* – definir a redação final e a inserção da ação no planejamento futuro (no caso o Plano municipal sobre drogas).

O objetivo desta metodologia é fornecer um panorama situacional para os tomadores de decisão a respeito de determinada situação ou problema numa organização empresarial, serviço ou instituição.

No caso de um Plano municipal, o MASP pode auxiliar os componentes municipais no processo decisório da gestão sobre dificuldades ou problemas complexos identificados no município. O MASP permite identificar o problema e suas configurações a partir das diferentes visões das pessoas envolvidas no processo, além de permitir guiar e facilitar o processo de construção das ações e a busca do compromisso dos governos e sociedade civil na definição da dinâmica operacional das estratégias e ações determinadas conjuntamente. A metodologia pode ainda ser explorada como instrumento para o planejamento, acompanhamento e monitoramento das ações propostas.

Esse processo metodológico de levantamento de dados compreendeu diversas etapas, quais sejam:

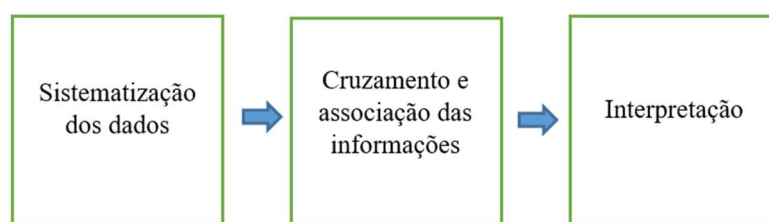
Figura 5: Etapas do Processo Metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

O processo de análise e tratamento de dados envolve investigar e entender um cenário ou contexto social estudado utilizando-se de informações acerca do objeto em estudo. Este processo passou por três fases:

Figura 6: Explicitação do Processo de Análise dos dados



A análise de dados pode ocorrer de várias formas. A forma adotada para este diagnóstico foi a separação dos dados qualitativos e sua inserção em categorias de análise para o reconhecimento das semelhanças e diferenças do objeto em investigação. Essa fase foi composta de vários passos sendo o primeiro deles a criação de categorias de análise: no caso deste diagnóstico, as categorias elencadas partem dos Eixos-Estratégicos previstos no Guia Metodológico do Plano Nacional de Políticas Sobre Drogas do CONAD de 2020.

A fase seguinte foi de interpretação dos dados à luz da fundamentação teórica existente e estudada que resultou, neste caso específico, num panorama ou diagnóstico (técnico e comunitário) da situação sobre drogas no município de Gaspar, seguida do processo criativo e propositivo cuja processo final foi a construção desta proposta de Plano Municipal da Política Pública Sobre Drogas de Gaspar (PLAMAD).

3 ANÁLISE EXECUTIVA DA QUESTÃO DAS DROGAS EM GASPAR

O objetivo de um Plano Municipal de Políticas Sobre Drogas é apresentar subsídios e nortear a Política Pública sobre drogas de município em específico. O Plano reflete as necessidades, os desafios e as intenções expressas em objetivos, metas e ações a serem buscados e alcançados no período proposto para sua execução.

A aprovação de um Plano Municipal pelo Legislativo Municipal, bem como sua sanção pelo Executivo Municipal, aponta para o fato de que o Plano tem força de Lei. Conseqüentemente, a sua aplicação deve ser respeitada e efetivada pelas gestões que se seguirem, além de que deve ter a participação, o monitoramento e avaliação da sociedade, por meio de instâncias como os Conselhos Municipais da área a que se destina.

Neste sentido, um Plano municipal expressa o compromisso do governo e dos diversos segmentos sociais do município para a política pública a que se refere.

No caso específico deste documento, expressa o compromisso do governo e dos diversos segmentos sociais do município da Política Pública Sobre Drogas do município de Gaspar.

3.1 Introdução

A Análise da Questão das Drogas em Gaspar foi realizada a partir dos cinco Eixos-Estratégicos elencados pelo PLANAD: Prevenção; Tratamento, Cuidado e Reinserção Social; Redução da oferta; Pesquisa e Avaliação e Governança, Gestão e Integração.

A partir disso, foram realizadas pesquisas no município tanto no setor técnico como no comunitário. Uma das principais preocupações foi realizar um mapeamento dos problemas relacionados a cada eixo e pensar, como município, em propostas para dirimir ou mitigar esses problemas.

Num primeiro plano os problemas, no outro, os objetivos estratégicos, metas e ações para o município, organizados em cinco eixos da política sobre drogas.

Significa que este trabalho é fruto da ação coletiva do Executivo de Gaspar com o COMAD, o Comitê Especial para construção do Plano, os técnicos dos serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas em Gaspar e da comunidade local.

Os resultados do levantamento efetuado trouxeram uma releitura explicativa, analítica e propositiva da gestão e da política sobre drogas no município, construída a partir da percepção dos técnicos dos serviços, órgãos e instituições e dos membros da comunidade local que, ao longo de suas falas, descreveram, explicaram e analisaram a realidade local a partir de suas experiências de atuação e vivências. Apresentaram, ainda, dados estatísticos, propostas e possíveis soluções para os problemas e/ou dificuldades elencadas nos cinco eixos-estratégicos citados.

Conforme o documento intitulado *Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil* produzido pelo CONAD, em 2021, estes eixos-estratégicos são o elo entre a Política Nacional sobre Drogas e o Plano Nacional de Políticas sobre Drogas. Neste caso, do Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (PLAMAD).

O Guia Metodológico do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025 fez uma divisão dos processos vinculados ao Plano Nacional e que refletem nos Planos Municipais. O processo foi dividido em quatro partes que dizem respeito ao diagnóstico setorial, a supracitada *Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil*, a elaboração e aprovação das ações, a execução e monitoramento e a avaliação e revisão de todo o plano.

3.2 Público-Alvo

O público-alvo das ações do Plano é a totalidade da população de Gaspar garantindo-se suas especificidades no que tange à primeira infância, infância, pré adolescência e adolescência, a população jovem, adulta e os idosos.

3.3 Objetivos

3.3.1 Objetivo Geral

Implantar um Plano Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas no município de Gaspar, SC, Brasil, para o período de 2022 a 2027.

3.3.2 Objetivos Específicos

- 1) Analisar os problemas sociais relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em Gaspar;
- 2) Apresentar diagnóstico da Política Pública Municipal Sobre Drogas do município;
- 3) Propor estratégias (objetivos estratégicos) para o enfrentamento da problemática no município;
- 4) Estabelecer um Plano Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas (PLAMAD) com metas e ações para 05 anos a contar da data de sua aprovação.

3.4 Metodologia

Os dados foram coletados por meio de visitas técnicas e oficinas descentralizadas com a comunidade de Gaspar para fins de um panorama sobre a Política Pública sobre drogas do município.

Em todos os procedimentos metodológicos (visitas técnicas ou oficinas descentralizadas e participação em reuniões e seminário) tratou-se dos cinco eixos do PLANAD e os problemas a eles vinculados.

Tanto técnicos, como a população dos bairros onde ocorreram as reuniões descentralizadas elaboraram propostas de objetivos estratégicos para a solução de cada problema elencado. Os dados coletados em cada serviço, órgão ou instituição, foram registrados em atas e sistematizados por meio de uma Matriz denominada Matriz Problema-Solução.

As propostas apresentadas pelos técnicos e comunidade constam, por Eixo-Estratégico, da Análise da Questão das Drogas em Gaspar.

As mesmas foram apresentadas no Seminário Avanços na Política Sobre Drogas no Brasil: interfaces com o município, realizado em 18 de maio de 2021, evento onde os participantes conheceram a totalidade dos problemas e soluções elencadas por técnicos dos serviços e comunidade em geral e apresentaram suas percepções quanto à aceitação, rejeição ou inserção de novas propostas.

Após a plenária, os resultados foram incorporados ao documento final (Plano propriamente dito) para fins de consulta pública.

As propostas e contribuições advindas durante o processo de consulta pública serão analisadas pelos membros do Comitê Especial para a construção do Plano Municipal de Políticas Públicas sobre drogas de Gaspar que aceitará ou rejeitará as alterações ou novas propostas sugeridas para o PLAMAD.

O processo de construção do Plano resultou na produção de vários produtos previstos no Plano de Ação:

Produto 1 – Relatório de 08 meses das ações realizadas de janeiro a setembro de 2021 para construção do Plano.

Produto 2 – Levantamento dos serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município de Gaspar.

Produto 3 – Mapa do Município apresentando os resultados obtidos de uma forma visualmente prática para facilitar o acesso a população a tais informações e, conseqüentemente, a utilização adequada destes serviços frente as demandas existentes. O Mapa do Município poderá ser disponibilizado em diversos espaços, públicos e privados.

Produto 4 – Panorama da situação do uso de álcool e outras drogas no município de Gaspar, SC – Diagnóstico Técnico e Comunitário e Análise Executiva da questão das drogas em Gaspar.

3.5 EIXOS-ESTRATÉGICOS

3.5.1 Eixo da Prevenção

Este Eixo envolve ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural. Ações que busquem desestimular o uso inicial de substâncias psicoativas. Ações que promovam a abstinência e que busquem conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas, tanto as lícitas, como as não lícitas.

No Brasil, a política de prevenção às drogas encontra respaldo na Lei nº 11.343 de 2006 e, mais recentemente, na Lei nº 13.840 de 2019. Em nível internacional, até bem pouco

tempo, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)² não priorizava as estratégias educacionais de prevenção, mas sim a saúde mental dos usuários.

No entanto, no país, a Lei nº 11.343, de 2006, já previa a integração das estratégias de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. A lei também previa a integração entre as políticas de prevenção e as políticas setoriais nos três níveis de gestão, a intersetorialidade e a corresponsabilização entre os serviços que ofertam atividades de prevenção e os que atuam com usuários e suas famílias. A priorização de ações para a prevenção às drogas com estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família também é indicada na lei. Conforme especialistas da área, a Lei preconiza também que as atividades preventivas sejam baseadas em fundamentação científica, para evitar o preconceito e a estigmatização dos usuários e dos serviços. Essa desestigmatização das pessoas que usam drogas, principalmente daqueles que fazem uso abusivo e problemático de substâncias, passa pela capacidade dos municípios de reconfigurar seus territórios, suas relações sociais e comunidades, o que inclui também o reconhecimento das ações de prevenção vigentes, afirmam pesquisadores.

Em 2019, o estímulo às ações de prevenção previsto na Lei nº 11.343/2006 é ratificado na Lei nº 13.840/2019 e as ações ampliadas com a instituição da Semana Nacional de Políticas sobre Drogas a ser comemorada anualmente na quarta semana do mês de junho. A lei também prevê a promoção de ambientes seguros, estímulo de medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.

A Seção II do Capítulo IV da Lei nº 13.840³ trata especificamente da descrição das ações de prevenção, a difusão de boas práticas de prevenção, campanhas de prevenção e a mobilização da comunidade (sociedade civil) para a participação nas ações de prevenção e enfrentamento das drogas. A lei preconiza, ainda, a sistematização de dados estatísticos sobre a prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e a colaboração mútua e parceria com instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais para a efetivação de ações conjuntas.

O CONAD, no documento denominado Análise Executiva da questão das drogas no Brasil, coloca que a efetiva prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de

² *Office of National Drug Control Policy (ONDCP).*

³ O Capítulo I da Lei nº 11.343 de 2006 também tratava destas questões.

redes que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde da população, da promoção de habilidades sociais e para a vida, o fortalecimento de vínculos interpessoais, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e de seus derivados, do álcool e de outras drogas e da conscientização e proteção dos fatores de risco.

No mesmo documento, ao tratar do Plano Nacional da Política sobre drogas, o CONAD reforça que a execução do Plano no campo da prevenção deve ser realizada em todos os níveis de gestão com apoio dos conselhos de políticas públicas sobre drogas e da sociedade civil organizada. Também cita que essa execução deve se adequar às peculiaridades locais e com a priorização das comunidades mais vulneráveis, identificadas por diagnósticos que considerem estudos técnicos, indicadores sociais e literatura científica. Para o UNODC, a prevenção é compreendida como um conjunto de estratégias e instrumentos que buscam a redução do risco e da vulnerabilidade com a finalidade de promover e fortalecer os fatores de proteção. Neste processo, conforme entendimento do UNODC, o foco deve estar no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais que busquem retardar o início do uso além de evitar o abuso de substâncias psicoativas.

Segundo o CONAD, as ações de prevenção devem ser pautadas em princípios éticos e de pluralidade cultural e orientadas para a promoção de valores voltados à saúde física, mental e social, individual e coletiva. Devem, ainda, promover o bem-estar e a integração socioeconômica, além de buscar a formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, bem como a promoção de habilidades sociais e para a vida. Recomenda a valorização das relações familiares, a espiritualidade como fator de proteção e apoio, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência.

O CONAD também orienta que as ações de prevenção devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, ao incentivo da educação para a vida saudável e à qualidade de vida, ao fortalecimento dos mecanismos de proteção do indivíduo e redução dos fatores de risco. Devem contemplar também o acesso aos bens culturais, a prática de esportes, o lazer, o desenvolvimento da espiritualidade, a promoção e manutenção da abstinência, o acesso ao conhecimento sobre drogas com embasamento científico, considerada a participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação das ações.

Quando trata das campanhas, programas e projetos preventivos, o CONAD orienta clareza e atualização (incluindo o uso de tecnologias inovadoras e atuais) nas mensagens

utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos, além de que estas devem estar fundamentadas em evidências científicas, consideradas as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade de determinados grupos sociais.

No que se refere aos horários de funcionamento dos locais que permitem o consumo de drogas lícitas e da tributação de preços e restrição da publicidade, o CONAD orienta que as políticas e as ações de prevenção devem estimular a regulação do horário e de locais de venda de drogas lícitas e a tributação de preços como fatores inibidores de consumo, além da restrição da publicidade de tais substâncias.

O CONAD também elencou diversas diretrizes para o eixo-estratégico da prevenção. Uma delas trata da capacitação continuada sobre prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas e afirma a necessidade de garantir a capacitação continuada para pais ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada sem fins lucrativos, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros federais, estaduais, distritais e municipais e outros atores sociais. Os membros do Conselho orientam que esta capacitação seja realizada com base na filosofia da responsabilidade compartilhada.

Outra diretriz do CONAD diz respeito às ações de educação preventiva e coloca que faz-se necessário, realizar ações de forma continuada, com foco no indivíduo e em seu contexto sociocultural, a partir da visão holística do ser humano e buscar de forma responsável e em conformidade com as especificidades de cada público-alvo: a) desestimular seu uso inicial; b) promover a abstinência; e c) conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas.

Em nível municipal, o COMAD também destaca a prevenção do uso indevido de drogas ao citar na Lei nº 108, de 08 de março de 2019, vinte e cinco vezes a palavra “prevenção”. A lei aponta que a prevenção é um dos objetivos do Sistema Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (SISMAD) e o Art. 10 da Lei descreve as finalidades das ações de prevenção no município que buscam:

I - estimular o comprometimento, cooperação e parceria entre os diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais, fortalecendo a construção de redes sociais que visem ações preventivas para a melhoria da qualidade de vida e a promoção geral da saúde;

- II - promover a execução da política pública municipal sobre drogas buscando o apoio do Conselho Federal, dos Conselhos Estaduais e da Sociedade Civil Organizada, adequando-se às peculiaridades locais;
- III - fortalecer e divulgar o COMAD, priorizando atividades voltadas para as comunidades mais vulneráveis;
- IV - buscar o implemento de campanhas e programas educacionais preventivos, priorizando mensagens claras, atualizadas e especificamente voltadas ao público-alvo, às diversidades culturais locais, à vulnerabilidade e às diferenças de raça, etnia e gênero;
- V - incentivar ações direcionadas ao desenvolvimento humano, ao incentivo à educação para a vida saudável, ao acesso cultural, à prática de esportes, à cultura e ao lazer, ao fomento do protagonismo juvenil e da participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação dessas ações;
- VI - promover a implantação e implementação de ações preventivas pautadas na ética, na pluralidade cultural, mediante orientação permanente para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem estar, à integração socioeconômica, à valorização e o fortalecimento das relações familiares respeitando-se seus diferentes modelos;
- VII - incentivar a instalação e o desenvolvimento de ações interdisciplinares, de caráter preventivo e educativo nos programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, objetivando a prevenção do uso indevido de drogas no ambiente de trabalho em todos os turnos, mediante processo de responsabilidade compartilhada do empregado e empregador;
- VIII - assegurar a observância dos preceitos estabelecidos pela Política Nacional sobre Drogas, buscando incentivar a participação de toda sociedade, com ações de articulação e fortalecimento das redes sociais, para a integração de programas de prevenção e saúde em geral.

As ações de prevenção são classificadas em três níveis: 1) prevenção primária; 2) prevenção secundária, e 3) prevenção terciária.

A prevenção primária se caracteriza por ações ou intervenções realizadas antes que a pessoa inicie o uso de uma substância psicoativa. Este tipo de prevenção é geralmente voltado

para a sociedade em geral. Ela pretende evitar o uso alertando a população-alvo sobre os fatores de risco.

A prevenção secundária é composta por ações que tem objetivo de intervir quando há identificação de um ou mais fatores que apontem risco de uso de substâncias psicoativas (estilo de vida, por exemplo). Este tipo de prevenção visa identificar a vulnerabilidade e atuar para dirimir ou mitigar o risco.

A prevenção terciária se caracteriza por ações que busquem intervir com pessoas que já usam substâncias psicoativas ou dela são dependentes. A prevenção terciária visa a reabilitação e, ainda que possa dirigir-se a grupos específicos, é usualmente realizada individualmente.

No que tange à prevenção ao consumo de substâncias psicoativas a prevenção ainda é classificada em outros três níveis pelo *Institute of Medicine* (IOM) e o UNODC: 1) universal; 2) seletiva; e 3) indicada.

Esses níveis de prevenção pressupõem que a prevenção ocorra a partir da avaliação dos fatores de risco e proteção associado ao indivíduo. Segundo o UNODC, a prevenção universal é uma estratégia apropriada para a população em geral, a seletiva é para grupos que estão em situação de risco e a prevenção indicada é para indivíduos que estão em situação de risco, o que também inclui indivíduos que podem ter começado a experimentar e, portanto, estão em situação de risco de evolução para transtornos.

As pesquisas realizadas em Gaspar apontam que são raríssimos os programas de prevenção existentes no município. Na opinião do setor técnico e comunitário praticamente não se ouve falar em projetos públicos na área. Os únicos projetos de prevenção citados foram o PROERD, desenvolvido em algumas escolas de Gaspar pela Polícia Militar, e ações de prevenção na Atenção Básica ou Atenção Primária à Saúde que possui parceria com a política de Educação por meio do Programa Saúde na Escola, onde os temas álcool e drogas são abordados na rede de Educação.

Os resultados da pesquisa empírica em Gaspar apontaram que tanto o setor técnico, como o comunitário são de opinião que a prevenção deveria ser iniciada ainda no ventre materno. Ou seja, na primeira infância, período que, conforme a literatura, corresponde a fase anterior à entrada da criança em creches ou escolas e abrange o período gestacional. A UNODC coloca que uma das características de resultados positivos de prevenção é a disponibilidade de tratamento integrado para mulheres grávidas com transtornos causados pelo uso de substâncias psicoativas. Cita, ainda, as intervenções realizadas com foco no vínculo da criança com os pais

e as intervenções realizadas por profissionais que receberam formação para a prevenção, o acompanhamento de bebês por dois anos, o apoio ao desenvolvimento de habilidades parentais básicas e ações com foco em famílias em vulnerabilidade social no que tange à questões de saúde, educação, habitação, emprego etc.

Na fase da infância, as crianças já vão para creches e escolas e passam mais tempo longe dos pais e responsáveis. Nesta fase, faz-se importante o desenvolvimento social, cognitivo e emocional da criança associado ao fortalecimento de vínculo familiar, estímulo e apoio para os pais participarem mais ativamente da vida dos filhos. Segundo orientações do UNODC, faz-se necessário pensar em ações preventivas de sensibilização e que reforcem os resultados positivos da prevenção, que sensibilizem e orientem aos pais para o diálogo em família, o fortalecimento de vínculos, o estímulo à autonomia da criança e dos fatores de proteção ao uso inicial de substâncias psicoativas.

No que tange às crianças e adolescentes, o CONAD é enfático ao afirmar que deve ser assegurado, por meio de medidas administrativas, legislativas e jurídicas, o cumprimento do disposto nos art. 3º, 6º, 79, 81 e 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre os Direitos da Criança, da Assembleia Geral das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 99.710/1990, especialmente no art. 17, o direito deste público à proteção e acesso a informações e materiais que visem promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental. Também de promover a elaboração de diretrizes apropriadas a fim de proteger crianças, adolescentes e jovens contra informação e material prejudiciais ao seu bem-estar, especialmente sobre drogas lícitas (como o álcool e o tabaco) e ilícitas (maconha, cocaína, entre outras).

Ainda neste sentido, o CONAD afirma que o tabagismo, o uso de álcool e de outras drogas devem ser tratados como um problema concernente à infância, à adolescência e à juventude, de modo a evitar o início do uso, além de garantir o tratamento, a assistência e o cuidado àqueles já em uso dessas substâncias.

A própria CF 1988, em seu Art. 277, se posiciona assegurando à criança e ao adolescente o direito à vida, saúde, alimentação, educação, cultura, lazer e à profissionalização. Assegura o direito à dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária, colocando-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O UNODC, no documento intitulado Normas Internacionais sobre a Prevenção do Uso de Drogas, publicado em 2013, afirma que a prevenção busca o desenvolvimento seguro e

saudável de crianças e jovens, de forma que possam perceber seus talentos e potenciais com o fim de se tornarem membros que contribuam para o bem de suas comunidades e da sociedade. Também reitera que um sistema diferenciado e eficaz de prevenção do uso de drogas contribui significativamente para que crianças, jovens e adultos participem de forma positiva nas atividades familiares, escolares, comunitárias e no ambiente de trabalho.

Para os jovens, também são necessárias abordagens diferenciadas de prevenção nas escolas, universidades e ambientes de risco para o uso frequentados por esta população. A própria pesquisa empírica apontou a necessidade já que é uma fase que se explicita pelas ausências e atrasos na escola, universidade e ambientes de trabalho relacionadas ao uso ou abuso de psicoativos. Para este público são indicadas abordagens que contemplem a prevenção universal, seletiva e indicada.

Na pesquisa empírica, manifestou-se preocupação com as áreas de maior vulnerabilidade no município, para onde devem ser direcionadas, além das abordagens preventivas, medidas que tratem dos fatores socioeconômicos, que garantam o acesso à saúde, educação, assistência, trabalho e outros direitos assegurados pela Constituição. São importantes políticas educativas e profissionalizantes, de conscientização sobre o uso, o abuso e a dependência de substâncias psicoativas. Compõe este grupo, a população de rua que, em razão de sua vulnerabilidade, conforme informações do CREAS e outros serviços do município, tem alta incidência de uso de álcool e outras substâncias psicoativas requerendo ações de tratamento, cuidado e reinserção social.

Evidências de relação da violência doméstica com o uso de drogas também foi constatada na pesquisa empírica. Dados fornecidos pelo CREAS apontam que, de janeiro a maio de 2020 identificou-se a inserção de 30 famílias cuja situação de violência/violação de direitos esteja associada ao uso abusivo de substâncias psicoativas no PAEFI. No ano de 2021, no período de janeiro a abril foram inseridas 24 famílias no referido serviço. Dados de pesquisa do Cebrid realizada pela Unifesp, em 2005, em 108 municípios brasileiros, apontam que, dos 34,9% de casos de violência doméstica relatados, 17,4% aconteceram sob o efeito de álcool.

O público idoso também deve ser incluso nas ações, tanto governamentais, como não governamentais das políticas sobre drogas. Ações com programas específicos de prevenção e cuidado ao idoso em se tratando dos males e doenças que os atingem, da prioridade para o acesso aos serviços públicos, à acessibilidade, prevenção à violência e o direito ao envelhecimento.

Estão incluídas, ainda, a população carcerária e egressa do sistema prisional, aquelas com passagem no Sistema de Justiça por algum envolvimento com substâncias psicoativas, crianças em medidas protetivas e adolescentes em conflito com a lei. Aqui são importantes as ações de prevenção seletiva e indicada tanto dentro, como fora do sistema prisional.

Outra população que vivencia problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas é a população de indígenas, ribeirinhos, faxinalenses, quilombolas e ciganos. As ações para a população de povos tradicionais, no que tange à prevenção, cuidado e tratamento, devem ser realizadas considerando-se seu contexto sociocultural e territorial reconhecendo sua cosmologia de comunidade com foco na coletividade, reforçando as relações simbólicas e comunitárias com a finalidade de fortalecer os fatores de proteção e diminuir fatores de risco.

Migrantes, refugiados e apátridas também estão no foco das políticas sobre drogas principalmente no que diz respeito ao direito de acesso às políticas de saúde, assistência, educação e inclusão social.

Destarte o exposto, tendo o presente Plano como função articular diferentes políticas públicas, apresenta-se o Plano de Ação proposto para o **Eixo da Prevenção** às drogas no município.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS
Eixo-Estratégico I – Prevenção

Dimensão Estratégica - PREVENÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- A prevenção na Escola deve ser realizada de forma transversal, curricular, permanente e contínua.	- Implantar a prevenção na escola de forma transversal, curricular, permanente e contínua.	- Formar os professores em prevenção. - Profissional da educação realizar a prevenção no cotidiano – dentro do conteúdo das disciplinas, de forma transversal, contínua e permanente. - Mais ações efetivas nas /Escolas – a exemplo do Proerd. - Iniciar a prevenção na escola no fundamental II. - Criar programas de prevenção na Escola que trabalhem na base (crianças), sejam permanentes, contínuos e a longo prazo; - Capacitar profissionais da Escola para lidar com o problema. - Comad/Sismad, possibilitar a capacitação dos professores das Escolas para a prevenção. - Avaliar a formação continuada e permanente em prevenção oferecida para o profissional da educação no município.	- Capacitar todos os profissionais da rede de Educação em prevenção. - Institucionalizar a prevenção na grade curricular da rede de Educação. - Projetos de prevenção efetiva implantados na Escola. - COMAD ser conhecido pela população no município.	- Rede de Educação capacitada para a prevenção. - Prevenção institucionalizada na grade curricular da rede de Educação. - Projetos de prevenção na Escola efetivados. - COMAD ser conhecido pela população no município. - Relatório de avaliação da formação continuada e permanente em prevenção.	2022-2027	SEMED COMAD/SISMAD Instituições de Ensino Privado	Plano Interno (PI) Lei Orçamentária (LO) Plano Plurianual (PPA)
– Necessidade de trabalho integrado na escola - realizar um trabalho mais intensificado (Programa Saúde na Escola que é um trabalho preventivo	- Potencializar o PSE (Programa Saúde na Escola) inserindo as pautas da prevenção às substâncias psicoativas.	- Ampliar o PSE na rede de Educação. - Inserir no PSE pautas da prevenção às substâncias psicoativas de forma contínua, intensificada e permanente. - Realizar encontros entre Saúde, Educação e Assistência Social para fomento do trabalho integrado.	- Ampliar o trabalho de prevenção integrado no município.	- Oferta do Programa Saúde na Escola em toda rede de Educação. - Encontros realizados semestralmente para fomento do trabalho integrado e efetivação do	2022-2027	SEMED Secretaria de Saúde Secretaria de Assistência Social	

com o público alvo – adolescente).				PSE na rede de Educação.			
- Necessidade de Prevenção às drogas com crianças, adolescentes, adultos e famílias nas escolas.	- Promover programas de prevenção contínuos e permanentes na escola com equipe técnica multidisciplinar, temas e materiais de acordo com a faixa-etária (crianças, adolescentes, adultos, idosos, famílias) e aplicação das diretrizes de prevenção da UNODC.	- Realizar ações de prevenção contínua e permanente na escola com equipe técnica multidisciplinar de acordo com a faixa-etária e diretrizes internacionais, nacionais e municipais de prevenção. - Realizar projetos com oficinas culturais, educacionais e esportivas para crianças e adolescentes no contraturno escolar. - Aproveitar o contraturno para ações que o adolescente gosta de fazer. - Educação – estimular parceria entre Escolas e Polícia Militar e/ou outras instituições. - Escola em tempo integral. - Prevenção o mais cedo possível, a partir da Escola. - Monitorar as ações e avaliar os resultados das ações.	- Diminuir fatores de risco e promover fatores de proteção para a prevenção ao uso de drogas nas escolas. - Diminuir a evasão escolar provocada por uso ou tráfico de drogas. - Promover a continuidade dos estudos de adolescentes e jovens.	- Ações Realizadas. - Relatórios Anuais de Atividades. - Parceria entre instituições e a rede de Educação. - Participação do público-alvo nos projetos realizados. - Diminuição da evasão escolar de adolescentes e jovens.	2022-2027	SEMED + Prefeitura Instituições Privadas de Ensino	Plano Interno Lei Orçamentária Plano Plurianual
- Falta de uma pessoa que forme vínculo e faça prevenção para as crianças e adolescentes nos intervalos de aula.	- Realizar projeto de prevenção na Escola nos intervalos de aula.	- Projeto na Escola com equipe multidisciplinar para atendimento das demandas. - A prevenção ocorrer na Escola – realizada por pessoas de dentro da Escola; - Uma pessoa com um olhar de cuidado para as crianças e adolescentes para identificar problemas nos intervalos das aulas na Escola;	- Fomentar o vínculo Escola/Estudantes. - Diminuir fatores de risco e fortalecer fatores de prevenção na Escola. - O servidor do município, seja de qualquer área, possa estar capacitado,	- Projeto Implementado. - Recursos Humanos garantidos; - Metodologia construída. - Treinamento/capacitação de uma pessoa na escola com um olhar direcionado para a	2022-2023	SEMED + Gestão Municipal Instituições Privadas de Ensino	

		<ul style="list-style-type: none"> - Analisar e propor metodologia para o serviço. - Treinar profissional para o serviço. - Monitorar e avaliar os resultados das ações em desenvolvimento para fins de continuidade. 	preparado para a prevenção.	<p>criança/adolescente nos intervalos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relatórios Semestrais de Atividades. 			
<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de capacitação sobre prevenção para a rede de profissionais de Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar capacitação continuada e permanente aos profissionais da Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar pesquisas para identificar as demandas emergenciais dos profissionais da Educação. - Capacitação/formação continuada para profissionais da rede de Educação em prevenção às drogas. - Realizar cursos contínuos e permanentes sobre a questão para os profissionais da Educação. - Disponibilizar material sobre prevenção para a rede de Educação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de profissionais de educação capacitada em prevenção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diagnóstico de demandas realizado. - Programa de Capacitação Implementado. - Relatórios Anuais de Atividades. 	2022 - 2027	SEMED Instituições privadas de ensino	
<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de projetos de prevenção com crianças, adolescentes, adultos e famílias nos bairros e comunidades vulneráveis ao risco de uso de drogas e de tráfico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar espaços públicos de lazer, artísticos, lúdicos e culturais (monitorados) para crianças e adolescentes nos bairros e comunidades do município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar espaços monitorados (presença de profissional) permanentes (não pontuais) com atividades desportivas, de lazer, arte, lúdicas e culturais, nos bairros, voltadas para crianças e adolescentes. - Valorizar os espaços já existentes e articular parcerias com universidades e institutos para a presença de profissionais e estagiários. - Garantir recursos humanos para a prevenção e o monitoramento dos espaços de lazer, cultura e arte nos bairros (CRAS). - Utilizar os projetos existentes para fazer prevenção. - Trabalho em rede e descentralizado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuir fatores de risco e promover fatores de proteção para a prevenção ao uso de drogas nos bairros e comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Parcerias com instituições que já possuem projetos de prevenção efetivadas. - Novos espaços criados. - Criação de projeto de prevenção itinerante para os bairros. - Equipe para prevenção itinerante formada. - Recursos humanos para a prevenção e o monitoramento dos espaços de lazer, cultura e arte nos bairros garantidos. 	2022 - 2027	Gestão Municipal Sociedade Civil organizada.	

		<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de prevenção itinerantes nos bairros. - Formar equipe de prevenção itinerante (observar a multidisciplinaridade). - Utilizar espaços existentes nos CRAS para a prevenção e ações em família no período noturno – com monitoramento. - CRAS ser espaço comunitário e de rede de ações comunitárias e de prevenção para todos. - Utilizar os serviços de convivência como ferramentas de prevenção. - Voltar com as “oficinas para crianças e adolescentes no CRAS”. - Projetos “em parceria com as Associações de Moradores com vários tipos de esportes, brincadeiras, dança: balé, capoeira, skate etc.”. - Realizar atividades que desenvolvam habilidades sociais para crianças e adolescentes nos bairros – “atividades diferenciadas para abranger todos os gostos”. - Criar projetos “para crianças com batucada, capoeira” – ações que incentivem as crianças a participar. - Realizar trabalhos de prevenção que venham ao encontro do contexto comunitário implantados. - Realizar ações diferenciadas com o público adolescente. 		<ul style="list-style-type: none"> - Retorno das oficinas para crianças e adolescentes nos CRAS. - Parcerias para realização de projetos de prevenção nas Associações de Moradores efetivadas. - Trabalhos de prevenção que venham ao encontro do contexto comunitário implantados. 			
- Deveria haver mais estímulo à prática de esportes nos bairros do município.	- Estimular a prática do esporte nos bairros. Criar condições para isto.	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar Escola de Atividades Esportivas, a exemplo do tênis e do futebol, no município. - Desenvolver ações desportivas nos e interbairros. 	- Esporte ser utilizado como fator de promoção da prevenção no município.	- Projeto de prevenção por meio dos esportes implantado.	2022 - 2027	Secretaria dos Esportes do município	

				<ul style="list-style-type: none"> - Espaços públicos para o desenvolvimento de esportes no município. - Escola de atividades esportivas efetivada no município. 			
<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de prevenção à família no município – trabalho de resgate de valores e vínculos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Investir em prevenção com a família – trabalho de resgate de valores, e vínculos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaborar projetos para os pais, a família, projetos de resgate de vínculos, de orientação para família, que atuem a integralidade da pessoa, trabalhem valores, etc. - Estimular as famílias a pensarem e agirem preventivamente. - Envolver a família na prevenção. - Fomentar o Projeto Refeição em Família – projetos que fomentem o afeto, a reunião e o diálogo. - Criar espaços comunitários de lazer, atividades lúdicas, culturais, desportivas e ações nos bairros – com acompanhamento dirigido para projetos de orientação e oficinas para as famílias. - Conscientizar os pais de que eles são exemplos – capacitar para a prevenção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar fatores de proteção e não de risco. - Fortalecer vínculos familiares e protetivos às drogas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de prevenção à família implantado no município. - Fomento ao Projeto Refeição em Família no município. - Ações de conscientização dos pais e responsáveis pelas crianças e adolescentes. 	2022 - 2027		
<ul style="list-style-type: none"> - A família e a igreja deveriam complementar a orientação das crianças e adolescentes, mas precisam de orientação para isso. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar um programa de capacitação e orientação para famílias e representantes do segmento religioso no município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitar a família e as igrejas para que façam ações complementares na área da prevenção. - Programas de prevenção com os pais – a família é fundamental. - Com famílias, trabalhar o fortalecimento de vínculos e laços afetivos por meio de oficinas e grupos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fomentar os fatores de proteção nas famílias e instituições religiosas. - Evitar o uso inicial por crianças e adolescentes. - Diminuir fatores de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto de capacitação às famílias e representantes dos segmentos religiosos efetivado. - Monitoramento semestral das atividades realizadas por meio de relatórios. 	2022 - 2027	Secretaria de Educação, Assistência Social e Saúde. Igrejas. Apoio e monitoramento - COMAD	

Dimensão Estratégica - PREVENÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Preocupação com o uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) no município.	- Criar espaços de convívio comunitário sem a presença de bebidas alcoólicas, tabaco e outras drogas;	- Estimular donos de estabelecimentos de convívio comunitário a oferecerem espaços livres de álcool e outras drogas no município.	- Fomentar a abstinência ao álcool e outras drogas. - Oferecer espaços comunitários livres de álcool e outras drogas. - Oferecer espaços de promoção da vida saudável para a comunidade. - Fomentar fatores de proteção e não de risco.	- Espaços de convívio comunitário livres de álcool e outras drogas efetivados.	2022 - 2027		
- Necessidade de um canal de comunicação com os adolescentes e jovens para a prevenção.	- Utilizar as mídias sociais para a prevenção.	- Criar um instrumento na mídia social na linguagem dos adolescentes para que eles recebam as informações e possam fazer a intercomunicação; - Ações de prevenção via mídia social para adolescentes e jovens para promover a vida sem o uso drogas;	- Transformar a mídia social em um instrumento de prevenção ao álcool e outras drogas. - Fomentar a prevenção e os fatores de proteção ao uso de crianças e adolescentes. - Evitar o uso inicial.	- Site, aplicativo, ou espaço online de intercomunicação entre os adolescentes inseridos na rede de serviços do município.	2022 - 2027		
- Escassez de projetos que desenvolvam habilidades sociais para crianças e adolescentes nos bairros.	- Implantar mais programas municipais que trabalhem potencialidades, a proatividade e o protagonismo das crianças.	- Criar projetos ou programas com atividades que desenvolvam habilidades sociais para crianças e adolescentes nos bairros. - Aproveitar projetos de educação emocional que poderiam ser aplicados no município. - Na Prevenção, trabalhar como lidar com emoções como a raiva, a dor, a perda.	Diminuir fatores de risco para o uso de drogas e aumentar os fatores de proteção.	- Projetos que desenvolvam habilidades sociais efetivados nos bairros. - Aplicação de projetos sobre educação emocional no município.	2022 - 2027	SEMED Secretaria de Saúde e Assistência Social	

		- Divulgar projetos preventivos nos bairros para a participação do público-alvo.		- Recursos para programas educacionais no município. - Divulgação dos projetos.			
- A prevenção deve começar no ventre materno e deveria ocorrer na rede de Saúde para as gestantes, as famílias.	- Implantar projetos de prevenção às drogas na rede de Saúde do município.	- Realizar projetos de prevenção às drogas na rede de saúde do município – para gestantes, famílias. – Atenção Básica trabalhar (tanto na Saúde como na Assistência) com programas de prevenção às famílias. - Ampliar o programa CRIANÇA FELIZ, do Ministério da Cidadania.	- Ações de prevenção às drogas para gestantes e famílias na rede de saúde e assistência social.	- Ações realizadas.	2022 - 2027	Secretaria da Saúde e Assistência Social	
- Descontinuidade das ações de prevenção.	- Implantar ações de prevenção continuada em toda rede do município.	- Ações continuadas de prevenção em toda a rede.	- Aumentar os fatores de proteção ao uso de drogas lícitas e ilícitas em toda a rede do município.	- Ações de prevenção continuadas e permanentes em toda rede.	2022 - 2027		
- Deveria ter Escola pública de trânsito nos colégios.	- Implantar a Escola pública de trânsito na rede de Educação.	- Criar a Escola pública de trânsito na rede de Educação do município - projeto contínuo, permanente. - Trabalhar a prevenção às drogas na Escola pública de trânsito.	- Que os estudantes compreendam que álcool e outras drogas não combinam com o trânsito. - Fortalecer os fatores de proteção ao uso inicial de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes.	- Escola Pública de Trânsito implantada.	2022 - 2027	Gestor municipal. Guarda municipal de trânsito. Secretaria de Educação.	
- Falta de investimento financeiro na prevenção: na questão da prevenção, entende-se que o município deve trabalhar com investimento. Buscar	- Investir na prevenção com ações continuadas;	- Destinar recursos financeiros para a prevenção no município. - Orçamento financeiro para o COMAD, via FREMAD (Fundo de Recurso Municipal Para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas - FREMAD).	- Destinação de recursos para a prevenção no município. - FREMAD com recursos. - Ampliação de recursos previstos no PSE.	- Recursos orçados para a prevenção no município. - Fundo do COMAD com recursos.	2022 - 2027	COMAD/SISMAD Secretaria de Educação.	

recursos federais para prevenção em todas as áreas.		- Ampliar recursos da educação previsto no PSE, incluindo ações de prevenção às drogas.					
- No Brasil, a maioria dos recursos destinados para a política sobre drogas está direcionada para tratamento e repressão. Precisamos urgente de políticas que evitem a necessidade de tratamento e que é necessário avançar em direção às políticas que previnam o uso.	- Avançar em direção às políticas que previnam o uso.	- Efetivar políticas que previnam o uso. - Direcionar mais recursos da política sobre drogas para a prevenção.	- Recursos aplicados em prevenção.	- Ações e projetos de prevenção executados. - Percentual de aumento de recursos para prevenção.	2022 - 2027	Gestão municipal. COMAD/SISMAD	
- Necessidade de capacitação para garçons - não servirem bebidas alcoólicas em caso de embriagues e de público adolescente.	- Capacitar proprietários e garçons e demais funcionários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e tabaco sobre a legislação vigente para o setor.	- Realizar capacitação de garçons para não servirem bebida alcoólica em caso de embriagues e de público adolescente; - Inserir capacitação para proprietários, garçons e demais funcionários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas sobre a proibição de venda de bebidas alcoólicas ou tabaco à adolescentes;	- Manter capacitação permanente sobre a legislação para proprietários e garçons de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, tabaco e narguilé no município.	- Fiscalizações contínuas. - Capacitações realizadas.	2022 - 2027	Vigilância em Saúde COMAD	
- Necessidade de uma instituição que atenda essas demandas de capacitação de garçons e equipes de atendimento ao público em estabelecimentos	- Capacitar proprietários e garçons e demais funcionários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e tabaco sobre a	- Realizar parceria com instituição que atenda as demandas de capacitação de garçons e equipes de atendimento ao público em estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e tabaco.	- Manter parcerias ativas, contínuas e permanentes com instituição habilitada para capacitar proprietários e funcionários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e tabaco no município.	- Parcerias efetivadas. - Capacitações realizadas.	2022 - 2027	Vigilância em Saúde COMAD	

que vendem bebidas alcoólicas e tabaco.	legislação vigente para o setor.						
- Não há capacitação para comerciantes promovendo e incentivando a adesão à não venda de bebidas alcoólicas nas conveniências dos postos de gasolina.	- Capacitar proprietários e garçons e demais funcionários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas e tabaco sobre a legislação vigente para o setor.	- Capacitação para comerciantes promovendo e incentivando a adesão à não venda de bebidas alcoólicas nas conveniências dos postos de gasolina.	- Manter capacitação permanente sobre a legislação para proprietários e funcionários de estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas, tabaco e narguilé no município.	- Parcerias efetivadas. - Capacitações realizadas.	2022 - 2027	Vigilância em Saúde COMAD	

3.5.2 Eixo do Tratamento, Cuidado e Reinserção Social

No Eixo-Estratégico do Tratamento, cuidado e reinserção social no Guia da Análise Executiva da questão de drogas no Brasil, publicado em 2021, o CONAD coloca, como orientação geral, que o Estado deve estimular, garantir e promover ações para que a sociedade, incluídos os usuários, os dependentes, os familiares e as populações específicas, possa assumir com responsabilidade ética o tratamento, o acolhimento, a recuperação, o apoio, a mútua ajuda e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente pelos órgãos da administração pública na abordagem do uso indevido e da dependência do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas.

A primazia do Estado no trato das questões locais concernentes à Política sobre drogas é importante, haja vista que a lógica do cuidado perpassa todas as políticas públicas de um município e deve compor um esforço maior para que a população se torne menos vulnerável e mais resistente às drogas e que tenha tratamento e cuidado no enfrentamento direto da problemática.

No entanto, o CONAD, além do Poder Público, também incluiu as organizações não-governamentais sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da problemática na área do Tratamento, cuidado e reinserção social. Aqui é importante citar quais ações se encaixam neste Eixo. Conforme o CONAD, estão incluídas as ações de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social.

No âmbito do tratamento é necessário compreender que a dependência química é uma doença, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) e que, segundo especialistas⁴ doenças são coisas de existência concreta, fixa e imutável, de lugar para lugar e de pessoa para pessoa. As doenças se expressam por um conjunto de sinais e sintomas, que são manifestações de problemas, que devem ser buscados, por sua vez, no âmago do organismo e corrigidos por algum tipo de intervenção concreta.

Se a dependência química não for tratada de forma adequada a vida pessoal, familiar, profissional e social da pessoa vai se deteriorando.

Em termos de tratamento, até 2019, na área da atenção ao uso de álcool e outras drogas o foco se encontrava na Redução de Danos. Com o advento da nova Política Nacional o foco

⁴ Como por exemplo: CAMARGO JR. K. R. As armadilhas da ‘concepção positiva de saúde’. **Physis**, 17(1): pp. 63-76, jan.-abr. 2007.

recai sobre a abstinência. O dicionário Michaelis descreve o significado de abstinência, entre outros, como estado de privação, forçada ou não, do uso de álcool ou de outra droga. Estudos de Alarcon⁵ apontam que em torno de 20% dos pacientes tratados na rede primária apresentam padrão de uso de álcool considerado abusivo ou de alto risco. No entanto, raramente o uso é detectado e o foco da atenção recai para as doenças decorrentes da dependência (que ocorrem tardiamente) e não para a dependência subjacente. Se para o caso do álcool é difícil a detecção, para o uso de outras substâncias é ainda mais complexo.

Além da pessoa que faz uso, uso indevido ou é dependente de substâncias psicoativas, também deve ser considerado o contexto familiar do indivíduo. Nesse sentido, estudos de Laranjeira e outros especialistas⁶ apontam para a importância da Educação em Saúde, não só para assegurar o entendimento do cliente, como também de sua família, sobre os problemas relacionados ao uso crônico de álcool. Segundo o especialista, assim como é imprescindível a orientação do paciente sobre o seu problema, a família, parte integrante dessa disfunção, precisa ser informada e encaminhada para um tratamento mais intensivo, se necessário. Trabalhar a autoestima e a importância da desintoxicação, assim como a prevenção da recaída, são estratégias a serem adotadas na fase inicial do tratamento, não só com o paciente, como também com seu sistema familiar e social.

É importante, conforme Alarcon, não apenas individualizar as estratégias de cuidado mas também, em especial, construir um projeto terapêutico interdisciplinar e corresponsável, com a participação ativa do próprio indivíduo e de seus familiares e amigos. Conforme o autor, o objetivo de um projeto terapêutico é possibilitar a problematização do universo cultural e relacional do indivíduo pois é por meio de sua identificação ou não identificação com os valores de sua territorialidade que se torna possível a autoconstrução da própria identidade, afirma.

Muitas vezes, as ligações territoriais (relações sociais, de trabalho, familiares comunitárias etc) se encontram muito frágeis ou rompidas, em decorrência dos transtornos inerentes à dependência química. É nesta fase que as chances de o indivíduo retornar ao comportamento compulsivo e autodestrutivo se acentuam dada a falta de perspectiva. Neste sentido, a importância de projetos de Reinserção Social para dependentes químicos que se encontram em tratamento, acolhimento nos serviços do município. Para Alarcon, pensar a

⁵⁵ ALARCON, S. Critérios para o Diagnóstico de Dependência Química. In: ALARCON, S., and JORGE, MAS., comps. **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 131-150. ISBN: 978-85-7541-539-9.

⁶ LARANJEIRA, R.; NICASTRI, S.; JERÔNIMO, C.; MARQUES, A. C. Consenso sobre a Síndrome de Abstinência do Álcool (SAA) e o seu tratamento. **Rev Bras Psiquiatr** 2000; 22(2): p. 62-67.

reinserção social é função de uma equipe terapêutica. Ou seja, o autor afirma que a equipe terapêutica de qualquer serviço de tratamento, acolhimento para dependentes químicos deve atuar para facilitar a construção de redes sociais solidárias de promoção da saúde como qualidade de vida, bem como mobilizar os recursos da rede de atenção das comunidades (serviços residenciais terapêuticos, casas de passagens ou abrigos, grupos de ajuda mútua, comunidades terapêuticas, centros culturais e de convivência, oficinas terapêuticas, hospitais e clínicas etc.), além de apoiar o desenvolvimento das competências dos indivíduos e das famílias.

No entanto, essa é a função também do Estado, da própria rede de serviços relacionado ao uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas. Na área do Tratamento, cuidado e reinserção social faz-se imprescindível reforçar a dinâmica interna de cada pessoa para que esta possa avaliar seus próprios valores, potencialidades e construir sua independência e autonomia reforçando a autoestima individual e redescobrimdo a confiança e a capacidade de evoluir e de se desenvolver como pessoa.

Assim torna-se importante problematizar o papel da família e da rede de relações. Conforme Alarcon aqui é de suma relevância estimular a restauração e o fortalecimento dos laços sociais, dinamizando as relações sociais e promovendo a conscientização por meio do diálogo e da reflexão, possibilitando que cada membro da família tome iniciativas de ser agente de sua própria transformação.

Nesta direção, a Política municipal sobre drogas de Gaspar, em seu Art. 11, propõe ações relativas ao tratamento, recuperação e reinserção social no município. Conforme o parâmetro legal, essas ações visam:

- I - buscar a promoção do acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional, garantindo o processo contínuo de esforços disponibilizados para os usuários, dependentes e seus familiares;
- II - estimular ações à inclusão da sociedade no tratamento, recuperação e reinserção social, mediante apoio técnico e financeiro, integrando-se, com responsabilidade ética, aos órgãos governamentais, organizações não governamentais e entidades privadas, para desenvolvimento dos mecanismos preventivos e educativos sobre drogas;
- III - buscar a viabilização do acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional para usuários, dependentes e seus familiares, em processo contínuo e de forma permanente;

- IV - estimular a implementação das diversas modalidades de tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional dos usuários, dependentes e familiares, desenvolvendo as características específicas dos diferentes grupos (crianças e adolescentes; adolescentes em medida socioeducativa; mulheres; gestantes; idosos; pessoas em risco social; portadores de comorbidade; população carcerária e egressos; trabalhadores do sexo; populações indígenas, entre outros);
- V - propor a regulamentação do atendimento assistencial em saúde para os transtornos psiquiátricos e/ou por abuso de drogas com a finalidade de garantir o tratamento tecnicamente adequado, previsto pela Política Nacional de Saúde;
- VI - gestionar a celebração de parcerias com universidades e estabelecimentos de ensino superior, instituições e entidades atuantes na área para implementação de capacitação continuada, através de polos permanentes de educação, saúde e assistência social;
- VII - articular inter e intrasetorialmente a promoção de intervenção preventiva e de estratégias de redução de demanda, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, em razão das consequências adversas associadas ao uso e abuso do álcool e outras drogas, para a pessoa, para a família e para a sociedade;
- VIII - discutir a implementação da divulgação e acompanhamento de iniciativas e estratégias de redução de demanda, em consonância com as políticas públicas de saúde;
- IX - promover a inclusão, no ensino formal fundamental, médio e superior, da abordagem de redução de demanda, da promoção da saúde e prevenção, priorizando a elaboração de material educativo e de sensibilização social na área de redução de riscos;
- X - assegurar a proteção preconizada pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8.069/1990), para o alcance do direito à saúde e às estratégias de redução da demanda;
- XI - propor o apoio à implementação das políticas públicas de geração de trabalho e renda como estimuladores do alcance das políticas municipais sobre drogas;
- XII - propor o apoio à divulgação das pesquisas científicas eticamente aprovadas na área de redução da demanda, para o aprimoramento e adequação da política pública municipal sobre drogas e de suas estratégias;

XIII - favorecer o comprometimento dos governos municipal, estadual e federal com o financiamento e implementação de programas e de ações que visem à redução da demanda;

XIV - gerenciar e priorizar a destinação de recursos para o treinamento, capacitação e supervisão técnica de trabalhadores e profissionais para atuarem nas atividades do SISMAD.

As diretrizes do parâmetro legal versam no âmbito do tratamento, cuidado e reinserção social assegurando a todos o direito de acesso as diferentes modalidades de serviços oferecidos no município. Dada a multifatorialidade da questão do uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas, a presença de aspectos biológicos, psicológicos e sociais, os indivíduos que apresentam problemas necessitam de tratamentos diferenciados que primem pela transversalidade, intersetorialidade e integralidade a partir de uma visão holística de ser humano como propõe a própria PNAD.

Em termos de tratamento oferece-se os serviços em nível hospitalar e os não hospitalares que são os serviços de atendimento constantes na RAPS – Rede de Atendimento Psicossocial⁷, criada pela Portaria GM/MS nº 3088/2011 e republicada em 2013, além de serviços da Assistência Social (CRAS, CREAS, Centro POP, Abrigos Municipais, etc.), serviços de Segurança Pública e da Sociedade Civil Organizada (como as Comunidades Terapêuticas e os grupos de apoio e mútua ajuda), entre outros.

Além do atendimento psicossocial do CAPS e da Redução de Danos, a nova PNAD instituiu a abstinência como foco e o serviço de atendimento do dependente químico pelo segmento de Comunidades Terapêuticas, destinando, inclusive recursos para o acolhimento nestas instituições.

As comunidades Terapêuticas (CT's), embora não sejam instituições de ambiente médico são instituições que buscam superar a dependência de substâncias psicoativas com intervenções de ordem psicossocial, médica (embora não seja exigido, as CT's podem incluir este profissional em suas equipes), de assistência social, entre outras. Em geral ocorrem em residências e pautam-se pelo respeito, ética, valorização humana e espiritualidade como instrumentos de ajuda aos que procuram seus serviços. Como meta buscam a autonomia do acolhido, a qual se entende como o poder do ser humano em tomar decisões que afetem sua

⁷ A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas.

vida, sua autodeterminação e autogoverno. Como outros serviços primam pela privacidade e confidencialidade, o humanismo, o cuidado respeitoso, a solidariedade entre os pares e a alteridade no acolhimento, considerando-se suas vulnerabilidades e necessidades de saúde, qualidade de vida, garantia de direitos e proteção social. De Leon, consagrado autor nesta área, coloca que as Comunidades Terapêuticas validaram seu método via recuperação e mudança pessoal dos indivíduos atendidos no serviço.

No Brasil as Comunidades Terapêuticas estão reunidas em forma de uma Confederação. A Confederação Nacional de Comunidades Terapêuticas (CONFENACT) foi fundada em 2012 e desde lá tem trabalhado pela contemporaneidade dos programas terapêuticos destas instituições, pela capacitação de suas equipes, pelas melhorias na infraestrutura física e de recursos humanos e no tratamento/acolhimento de seu público-alvo. Também atua fortemente na luta por políticas públicas dignas e recursos para esta área.

A Política Nacional sobre drogas em seu Anexo, item 3.16, aborda a necessidade de regulamentar, avaliar e acompanhar o tratamento, o acolhimento em comunidade terapêutica, a assistência e o cuidado de pessoas com uso indevido de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas e com dependência química, a partir de uma visão holística do ser humano, observadas a intersetorialidade e a transversalidade das ações.

E acrescenta a importância de se considerar a multifatorialidade das causas do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas, buscar a redução das consequências negativas sociais, econômicas e de saúde, individuais e coletivas, decorrentes do uso, do uso indevido e da dependência de drogas lícitas e ilícitas e promover a estratégia de busca de abstinência de drogas lícitas e ilícitas como um dos fatores de redução dos problemas sociais, econômicos e de saúde decorrentes do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas.

Os grupos de mútua ajuda figuram entre as estratégias ou intervenções terapêuticas citadas por alguns autores como aquelas voltadas para o atendimento de usuários de álcool e outras drogas, bem como de seus familiares. A literatura especializada indica que intervenções desenvolvidas em grupo onde os participantes têm a oportunidade de compartilhar vivências e conhecimentos trazem alívio e diminuição de sintomas depressivos, além de favorecerem comportamentos de saúde e de procura por apoio social, contribuindo para a sua qualidade de vida. Neste sentido, a importância desses grupos conhecidos como alternativas viáveis e eficazes para situações de sofrimento psíquico geradas por comportamentos compulsivos.

A mútua ajuda desenvolvida em grupos como os grupos de Alcoólicos Anônimos (A.A), Grupos de Apoio e mútua ajuda da Cruz Azul, Amor Exigente, Narcóticos Anônimos, entre outros, a partir da troca de experiências e vivências em torno de um problema comum, pode contribuir para a promoção da ajuda emocional para os participantes do grupo. Significa que esses grupos possuem uma organização autônoma, na qual a história de cada membro é valorizada como um caminho para o outro buscar suas próprias soluções e enfrentar seus desafios⁸. Assim, a ajuda mútua baseia-se no princípio de que a reunião de pessoas que partilham uma mesma condição ajuda-os a lidar com suas situações de dependência. O dar e receber mútuo é considerado como uma ação terapêutica. O compartilhar de experiências, sentimentos e formas práticas no manejo de problemas ajuda as pessoas a melhorar e lidar melhor com a vida, através do reconhecimento de seus sentimentos, enfim, de seu mútuo *empowerment*⁹.

Diversos fatores contribuem para que os grupos de apoio e mútua ajuda proporcionem ajuda emocional para seus participantes e se perpetuem ao longo do tempo como estratégia terapêutica para usuários de álcool e outras drogas. Cita-se a garantia da horizontalidade nas reuniões, o acolhimento, a receptividade, a acessibilidade e a inexistência de critérios/requisitos e escolaridade. Estudiosos consideram que os grupos de mútua ajuda proporcionam uma ação terapêutica ou, ainda, que existem, nesses grupos, certos fins terapêuticos, a partir do momento que determinados benefícios podem ser observados entre seus participantes. Esses mesmos pesquisadores sustentam que, embora não haja estudos estatísticos sobre a efetividade desses grupos, existem alguns benefícios que podem ser considerados, como: melhor relacionamento dos membros com os outros; maior responsabilidade; melhor vínculo com os companheiros do grupo; mais assertividade; capacidade para tomar suas próprias decisões; estilo de vida mais independente; melhor capacidade em escutar; melhora na solução de problemas; aumento da autoestima; mais esperança no futuro e uma sensação de bem-estar¹⁰.

⁸ REIS, T. R. Empoderamento e Grupos de Mútua Ajuda. In: ALARCON, S., JORGE, M. A. S., comps. **Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 191-209. ISBN: 978-85-7541-539-9. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0010> .

⁹ TOSH *et al.*. In: WEINGARTEN, R. **O Movimento de Usuários em Saúde Mental nos Estados Unidos: história, processos de ajuda e suporte mútuos e militância**. Rio de Janeiro: Projeto Transversões, Instituto Franco Basaglia, 2001.

¹⁰ REIS, T. R. Empoderamento e Grupos de Mútua Ajuda. In: ALARCON, S., JORGE, M. A. S., comps. **Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 191-209. ISBN: 978-85-7541-539-9. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0010> .

Estas colocações reforçam a importância dos grupos de apoio e mútua ajuda para a rede de apoio social ofertada para dependentes e codependentes de álcool e outras drogas de um município.

Importante citar que a atual Política Nacional sobre drogas cita os Grupos de Apoio e Mútua Ajuda quando trata de recursos para a área da promoção, garantia, articulação e integração das intervenções de tratamento, recuperação e reinserção social, ao suporte a seus facilitadores e moderadores. A Lei também fala em estimular e apoiar o desenvolvimento de novas formas de grupos de apoio e mútua ajuda, inclusive virtuais, de modo a atingir o público-alvo no seu próprio território, com foco na autonomia do usuário, quando possível, para escolha da melhor forma de receber assistência à sua demanda, mediante plataformas e formas próprias.

O município de Gaspar possui apenas dois grupos, os Alcoólicos Anônimos e a Pastoral da Sobriedade e, como na maioria dos municípios do país, não há dados de participação e resultados destes grupos.

O CONAD em sua Análise Executiva da questão das drogas no Brasil recomenda desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos dependentes do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, inclusive para seus familiares, às características específicas dos diferentes grupos, incluídos crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, mulheres, homens, população LGBTQIP+, gestantes, idosos, moradores de rua, pessoas em situação de risco social, portadores de comorbidades, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio de recursos técnicos e financeiros.

A modalidade de reinserção também está contemplada no documento, quando o texto orienta estimular o trabalho de instituições residenciais de apoio provisório, criadas como etapa intermediária na recuperação, dedicadas à reinserção social e ocupacional após período de intervenção terapêutica aguda.

O objetivo do tratamento, do cuidado e da reinserção social é a redução da demanda. A Lei Complementar 108/2019 que trata da Política sobre drogas em Gaspar, ao tratar do SISMAD, cita um conjunto de ações para a redução da demanda no município como a prevenção, a atenção (tratamento e cuidado) e a reinserção social. A lei, em seu Art. 4º, considera redução de demanda, como o conjunto de ações relacionadas à prevenção do uso indevido ou abusivo de drogas, ao tratamento, à recuperação e à reinserção social dos indivíduos que apresentem transtornos decorrentes do uso indevido ou abusivo de drogas.

Com este compromisso estabelecido em lei, apresenta-se, a seguir, o Plano de Ação 2022-2027 para o **Eixo-estratégico do Tratamento, Cuidado e Reinserção Social**.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS
Eixo-Estratégico II – Tratamento, Cuidado e Reinserção Social

Dimensão Estratégica TRATAMENTO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Falta um serviço de apoio à pessoa em situação de/na rua até que passe a embriaguez e a pessoa possa ser atendida no serviço.	- Implantar um serviço de apoio para a pessoa em situação de/na rua em estado de embriaguez até que possa receber atendimento no serviço da rede.	- Criar um serviço de apoio à pessoa alcoolizada em situação de/na rua até que passe a embriaguez e a pessoa possa ser atendida no CAPS ou outro serviço da rede. - Captar recursos para disponibilizar o serviço. - Criar o CAPSad no município.	- Serviço de Apoio para casos de embriaguez e aguardo de atendimento. - Garantir recursos para disponibilização do serviço. - Criação de um CAPSad no município.	- Recursos garantidos. - Serviço de Apoio existente. - Espaço no hospital. - CAPSad no município.	2023-2027	Secretaria de Saúde Secretaria de Assistência Social	
- Falta um espaço de emergência, desintoxicação e tratamento no hospital para usuários ou dependentes de SPAs.	- Criar um espaço de atendimento específico em caso de emergência, desintoxicação ou tratamento para usuários ou dependentes de SPA's que necessitem tratamento hospitalar.	- Criar um espaço de emergência e desintoxicação no hospital para usuários ou dependentes de SPA's. - Oportunizar um espaço para tratamento específico na alta complexidade no hospital. - Captar recursos para viabilização das ações propostas.	- Garantia de recursos para as ações. - Oportunizar atendimento adequado às especificidades dos usuários e dependentes de SPA's.	- Captação de recursos efetivada. - Existência de Serviço de atendimento desse público no hospital.	2023-2027	Saúde	Governo Federal (captação recurso)
- Falta agilidade no atendimento do CAPS.	- Ampliar o atendimento no CAPS do município.	- Ampliar as equipes. - Ampliar e qualificar a estrutura física. - Estabelecer CAPSaD.	- Agilidade no atendimento do público-alvo.	- Equipe do CAPS ampliada. - Estrutura física qualificada e ampliada.	2023-2027	Saúde	Governo Federal (captação recurso)

			- Ampliação do atendimento conforme demanda.				
- Falta agilidade no atendimento do CAPS.	- Ampliar o atendimento no CAPS do município.	- Ampliar as equipes. - Ampliar e qualificar a estrutura física. - Estabelecer CAPSAD.	- Agilidade no atendimento do público-alvo. - Ampliação do atendimento conforme demanda.	- Equipe do CAPS ampliada. - Estrutura física qualificada e ampliada.	2023-2027	Saúde	Governo Federal (captação recurso)
- Necessidade de um CAPSAD e de um projeto de CAPS infantil – CAPS existente hoje é geral.	- Implantar um CAPSAD e um projeto de CAPS infantil no município.	- Implantar um CAPSAD. - Trabalhar num projeto de CAPSi no município.	- Ampliar o atendimento psicossocial à população considerando suas especificidades. - CAPSAD. - CAPSi.	- CAPSAD. - CAPSi.	2024-2027	Saúde	Governo Federal (captação recurso)
- Necessidade de mais serviços de psiquiatria no município.	- Ampliar o número de profissionais de psiquiatria no município.	- Ampliar o número de profissionais de psiquiatria no município.	- Ampliação da equipe de atendimento	- Serviço ampliado.	2023-2024	Saúde	
- Necessidade de estabelecer um fluxo para inserir pacientes que fazem uso, abuso ou possuem dependência de álcool e/ou outras drogas.	Estabelecer fluxo de atendimento para pacientes que fazem uso, abuso ou possuem dependência de álcool e outras drogas.	- Estabelecer fluxo para inserir pacientes que fazem uso, abuso ou possuem dependência de álcool e outras drogas e estão em tratamento.	- Promover a referência e a contrarreferência entre os serviços.	- Fluxo de Atendimento estabelecido.	2023-2024	Saúde Assistência Social OSCs	

Dimensão Estratégica - TRATAMENTO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de estabelecer um fluxo para inserir pacientes que fazem uso, abuso ou possuem dependência de álcool e/ou outras drogas.	Estabelecer fluxo de atendimento para pacientes que fazem uso, abuso ou possuem dependência de álcool e outras drogas.	- Estabelecer fluxo para inserir pacientes que fazem uso, abuso ou possuem dependência de álcool e outras drogas e estão em tratamento.	- Promover a referência e a contrarreferência entre os serviços.	- Fluxo de Atendimento estabelecido.	2023-2024	Saúde Assistência Social OSCs	
- O público feminino é encaminhado para acolhimento pelo Estado em instituições de fora do município pois não há um serviço específico em Gaspar e/ou região.	- Instituir serviço de acolhimento para o público feminino.	- Criar um serviço de acolhimento para o público feminino no município em CT	- Oferecer serviço de acolhimento para o público feminino no município.	- Centro de Acolhimento para o público feminino. - Convênios firmados.	2023-2027	Saúde Entidades sem fins lucrativos (OSCs).	
Necessidade de um serviço específico, no município ou região, para adolescentes, usuários e/ou dependentes de SPA's.	- Implantar serviço especializado de desintoxicação e tratamento para adolescentes usuários e/ou dependentes de SPA's.	- Criar um serviço no município ou região para tratamento de adolescentes usuários e/ou dependentes de SPA's. - Serviço de desintoxicação para adolescentes. - Convênios com municípios próximos que tem CT para adolescentes.	- Oportunizar serviço de desintoxicação e tratamento para adolescentes usuários e/ou dependentes de SPA's. - Dar agilidade ao processo de desintoxicação e tratamento. - Firmar convênios com outros municípios para atendimento de adolescentes usuários e/ou dependentes de substâncias psicoativas.	- Tratamento para adolescentes usuários e/ou dependentes de SPA's no município. - Serviço de desintoxicação para adolescentes em Gaspar.	2023-2024	Saúde Entidades sem fins lucrativos (OSCs).	

- Aumentar as vagas de acolhimento para o município – com destinação de recursos.	- Ampliação da oferta de vagas para acolhimento e tratamento.	- Aumentar as vagas de acolhimento no município com destinação de recursos.	- Oportunizar mais vagas sociais de acolhimento no município.	- Aumento do número de acolhimentos efetuados por meio de vagas com recursos do município.	2023-2024	Saúde Entidades sem fins lucrativos (OSCs).	
- A declaração médica atestando que o paciente pode ser acolhido em CT não é uma exigência exclusiva da CT, é exigência da RDC 029 que dispõe sobre o acolhimento em CT no país.	- Proporcionar capacitação referente a legislação sobre drogas (PNAD, RDC etc.) para os profissionais de todos os serviços de Gaspar.	- Capacitar os profissionais de todos os serviços relacionados ao uso de álcool e outras drogas referente a Política Nacional sobre drogas e a RDC 029/2011/ANVISA e outras legislações que regulamentam o funcionamento das CT's.	- Capacitar toda a rede sobre a questão das drogas e sua legislação, com foco na rede de serviços.	- Número de capacitações realizadas. - Número de participantes nas capacitações.	2022-2027	COMAD/SIS MAD Saúde	
- A demanda dos serviços de atendimento pelo uso de substâncias psicoativas aumentou exponencialmente no município.	Levantar informações e pesquisas sobre a demanda de álcool e outras drogas, e criar estratégias para o enfrentamento do aumento de demandas por problemas de alcoolismo.	- Pesquisar ou fazer levantamentos na rede sobre o consumo de álcool e outras drogas para obtenção de dados sobre o quadro de demanda. - Realizar ações e campanhas de conscientização sobre o uso de álcool e outras drogas. - Ampliar as equipes da rede de atendimento com base nas percepções e nas pesquisas e levantamentos.	- Pesquisa ou levantamento sobre o consumo de álcool e outras drogas para obtenção de dados sobre o quadro de demanda. - Conscientizar a população sobre o uso indevido de álcool e outras drogas. - Ampliação das equipes da rede de atendimento no município.	- Pesquisa ou levantamento de dados realizado junto a rede. - Campanhas de conscientização efetivadas. - Rede de atendimento ampliada.	2022-2027	COMAD/SIS MAD Saúde	

Dimensão Estratégica - TRATAMENTO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- O uso de outras drogas (drogas ilícitas) ocorre, principalmente, na faixa etária de 16 a 25 anos. Mas, em geral, a procura pelo serviço por causa de substâncias psicoativas ocorre mais por pessoas usuárias de álcool, na faixa etária de 50, 60 e 70 anos.	- Levantar informações e pesquisas sobre o perfil das pessoas que fazem uso do álcool e outras drogas, e divulgar estratégias de enfrentamento específicas para cada período de idade.	- Pesquisar ou fazer levantamentos na rede sobre o perfil das pessoas que consomem álcool e outras drogas. - Divulgar os serviços e estratégias de enfrentamento específicas para cada faixa etária da rede de serviços.	- Pesquisa ou levantamento sobre o perfil das pessoas que consomem álcool e outras drogas. - Ter um fluxo dos atendimentos na rede e a divulgação ampla dos serviços da rede por faixa etária.	- Pesquisa ou levantamento de dados realizado junto a rede. - Fluxo dos atendimentos e a divulgação do mesmo.	2022-2027	COMAD/SIS MAD Saúde	
- Necessidade de mais lugares de acolhimento de dependentes de álcool e outras drogas no município com acompanhamento da família.	- Ampliar o serviço de acolhimento para dependentes de álcool e outras drogas com acompanhamento da família.	- Ampliar o serviço de acolhimento para dependentes de álcool e outras drogas em Gaspar. - Capacitar os recursos humanos para que a família tenha mais interação com a equipe dos serviços de atendimento. - Ampliar o serviço de acompanhamento da família do dependente de álcool e outras drogas em acolhimento em CT.	- Rede diversificada de serviços de atendimento na rede. - Envolvimento e participação das famílias no processo de tratamento.	- Disponibilidade dos serviços da rede. - Registro do atendimento de famílias na rede de serviços.	2022-2027	Gestão Municipal	

Dimensão Estratégica - TRATAMENTO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- O atendimento do morador de rua dependente químico tem uma lacuna. Quando procura o CAPS alcoolizado não pode ser atendido de forma imediata e necessitaria ficar em algum lugar até ter condições físicas para o atendimento.	- Oferecer serviço de atendimento similar ao do Centro de Referência Especializado para pessoas em situação de rua (CentroPop).	- Criar um serviço similar ao centro POP no município.	- Oportunizar atendimento imediato para pessoa alcoolizada em situação de/na rua. - Encaminhamento do público para os serviços da rede.	- Serviço implantado. - Fluxo e encaminhamento das pessoas na rede.	2022-2027	Gestão Municipal	Plano Interno
- A ajuda a dependentes químicos só com remédios pode perpetuar uma pessoa no uso. Os profissionais deveriam ser capacitados especificamente em dependência química.	- Implantar e implementar capacitação permanente sobre dependência química no município, com foco no atendimento psicossocial.	- Organizar cursos de capacitação permanente em dependência química para toda a rede de serviços, com foco no atendimento psicossocial. - Oferecer cursos de especialização em dependência química para fins de promover a formação na área de dependência de substâncias psicoativas a profissionais de nível superior da rede de serviços relacionados ao atendimento de usuários e dependentes dessas substâncias.	- Capacitar a rede. - Ampliar o número de especialistas em dependência química no município.	- Cursos de capacitação permanente em dependência realizados. - Oferta de cursos de especialização em dependência química.	2022-2027		

Dimensão Estratégica - TRATAMENTO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- O município deveria informar a população e as instituições sobre que serviços procurar em caso de necessidade – onde encontro ajuda para a dependência química em Gaspar?	- Divulgar a rede de atendimento para dependentes de álcool e outras drogas no município e o fluxo do atendimento.	- Divulgar mais na rede de serviços do município, o trabalho do CAPS, das Comunidades Terapêuticas, de grupos de apoio e outros serviços, para o público que procura ajudar as pessoas que buscam tratamento para dependência do álcool e outras drogas; - Mais informação sobre as instituições que ajudam dependentes químicos e suas famílias; - Divulgar os locais de ajuda nesta área pela rede socioassistencial. - Colocar cartazes informativos em lugares de fácil acesso e uso das pessoas. - Encontro de integração entre os profissionais da rede de serviços (público e privada).	- Ampla divulgação da rede de atendimento. - Fluxo e mapa da rede de serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas atualizado. - Integração da rede.	- Divulgação realizada. - Cartazes em lugares de fácil acesso e uso das pessoas. - Rede integrada.	2022-2027		

Dimensão Estratégica - CUIDADO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de grupos que tratem temáticas do cotidiano das famílias.	- Ampliar os grupos de famílias na rede socioassistencial do município.	- Fortalecer os grupos existentes. - Formar grupos de pais, grupos de famílias ou grupos de mútua ajuda nos bairros para discutir os problemas da comunidade e das famílias.	- Ampliação do número de grupos de famílias na rede socioassistencial.	- Número de grupos de famílias no município.	2022-2027	RAPS	PI
- Falta atender a família do dependente químico.	- Criar programas de acompanhamento para famílias de acolhidos e egressos do tratamento no município.	- Criar programas de acompanhamento familiar para famílias de acolhidos e egressos do tratamento. - Ampliar Grupos de apoio para famílias que vivenciam essa problemática. - Organizar capacitação para a formação de grupos de apoio e mútua ajuda para dependentes químicos, seus familiares e amigos. - Ampliar grupos de apoio e mútua ajuda para dependentes químicos egressos do tratamento.	- Efetivar programas de acompanhamento para famílias de acolhidos e egressos do tratamento. - Ampliar a rede de grupos de apoio e mútua ajuda no município.	- Oferta de cursos de capacitação para formação de grupos de apoio e mútua ajuda. - Número de grupos de apoio e mútua ajuda ampliados no município. - Rede ampliada.	2022-2027	RAPS	PI
- Os pacientes não sabem onde ocorrem as reuniões de A.A. em Gaspar.	- Realizar mapeamento e divulgação dos Alcoólicos Anônimos (A.A.) no município e outros grupos de apoio e mútua ajuda.	- Mapear e divulgar os grupos de Alcoólicos Anônimos (A.A.) e outros grupos de apoio e mútua ajuda no município.	- Mapeamento e divulgação dos grupos de apoio existentes no município. - Ampliação da rede de grupos de apoio.	- Mapeamento efetivado. - Divulgação dos grupos mapeados. - Número de grupos novos.	2022-2027	RAPS	PI

Dimensão Estratégica - CUIDADO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de ações que integrem os adolescentes entre si, dada a necessidade de reconhecimento entre os pares neste período de vida.	- Promover ações integrativas e de cuidado para os adolescentes.	- Fomentar a formação de grupos integrativos para adolescentes na rede socioassistencial.	- Oferecer grupos integrativos para adolescentes na rede socioassistencial como fator de prevenção.	- Grupos integrativos efetivados na rede.	2022-2027	RAPS	PI
A responsabilidade pela problemática do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no município é uma demanda de todas as políticas, evidenciando a necessidade de investimento contínuo na intersectorialidade e em políticas de atendimento à família do usuário de substâncias psicoativas.	- Ampliar as políticas de atendimento específico para as famílias do usuário de substâncias psicoativas.	- Efetivar a ampliação e integração das políticas de atendimento específico para as famílias do usuário de substâncias psicoativas.	- Ampliação e integração das políticas de atendimento específico para as famílias do usuário de substâncias psicoativas.	- Políticas de atendimento específico para as famílias ampliada e integradas.	2022-2027	RAPS	PI
A automedicação é um hábito de risco.	- Trabalhar a conscientização sobre a automedicação.	- Realizar campanhas de conscientização sobre a automedicação.	- Diminuir os fatores de risco. - Aumentar os fatores de proteção.	- Número de campanhas de conscientização e pessoas atingidas.	2022-2027	RAPS	PI
- Evidências da violação de direito contra mulher associada à dependência química.	- Fomentar o trabalho em relação a questão da violação de direito contra a mulher associada à	- Trabalhar essa relação nos serviços de prevenção à saúde. - Trabalhar esta relação no atendimento, tratamento de mulheres dependentes.	Abordagem da temática violação de direitos na prevenção, atendimento e tratamento de mulheres dependentes.	- Número de mulheres atendidas.	2022-2027	RAPS	PI

	dependência química no município.						
--	--------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Dimensão Estratégica - CUIDADO						CU	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- O município poderia ter um serviço similar ao Consultório de Rua.	- Serviço de apoio similar ao Consultório de Rua no município.	- Criar um serviço no município similar ao Consultório de Rua. - Captar recursos em órgãos de fomento ao cuidado para efetivar o serviço.	- Garantir recursos para que o município tenha um serviço similar ao Consultório de Rua. - Criação de um serviço similar ao Consultório de Rua.	- Captação de recursos efetivada. - Serviço similar ao Consultório de Rua no município.	2022-2027	Gestão Municipal	PI
- Necessidade de trabalhar o cuidado e a prevenção com as famílias dos estudantes.	- Trabalhar o cuidado e a prevenção com as famílias dos estudantes.	- Promover o cuidado à saúde relacionada à prevenção do álcool e outras drogas.	- Promoção do cuidado à saúde relacionada à prevenção do álcool e outras drogas.	- Ações de promoção do cuidado à saúde efetivadas.	2022-2027	RAPS	PI
- A população não sabe onde buscar ajuda na área da dependência química.	- Orientar onde buscar ajuda na área da dependência química no município.	- Realizar campanhas de informação nos meios de comunicação disponíveis no município.	- Promoção de campanhas de informação sobre onde buscar ajuda.	- Campanhas efetivadas.	2022-2027	RAPS	PI
- Cuidado: prevenção e orientação contínua na Escola, sem que os pais tenham tido a primeira conversa;	- Promover ações que trabalhem o tema da prevenção, de forma geral, envolvendo todas as políticas.	- Criar um mês específico para trabalhar o tema de forma geral no município envolvendo todas as políticas.	- Criação de um mês específico no calendário anual para trabalhar o tema da prevenção de forma geral no município.	- Mês da Prevenção no município.	2022-2023	Gestão Municipal	PI
- Fortalecer a família com ações preventivas e de cuidado.	- Fortalecer e ampliar programas de prevenção visando o fortalecimento da família.	- Fortalecer e ampliar o PROERD para fortalecer a família. - Criar programas de prevenção contínua na Escola incluindo a família.	- Ampliação do PRERD. - Programas de Prevenção contínua na Escola que incluam a família.	- PROERD ampliado. - Programas de prevenção contínua na Escola que incluam a família efetivados.	2022-2027	RAPS	PI

Dimensão Estratégica - CUIDADO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de ampliar a equipe do CAPS, melhorar as instalações físicas em um lugar mais central.	- Ampliar as instalações físicas do CAPS, com localização mais central e ampliação da equipe.	- Ampliar as instalações físicas do CAPS, com localização mais central. - Ampliar a equipe do CAPS.	- Fortalecer o CAPS.	- CAPS com as instalações ampliadas e em lugar mais central. - Equipe do CAPS ampliada.	2022-2027	Gestão Municipal Secretaria da Saúde	PI
- Dependentes de substâncias psicoativas e suas famílias convivem com o estigma e preconceito.	- Trabalhar a questão do preconceito e estigma para com dependentes químicos e suas famílias.	- Realizar ações de combate ao preconceito contra dependentes de substâncias psicoativas e seus familiares. - Utilizar os meios de comunicação disponíveis para entrevistas, rodas de conversas e outras formas de abordagens do tema.	- Diminuir o preconceito contra dependentes de substâncias psicoativas e seus familiares.	- Ações realizadas.	2022-2027	RAPS	PI
- Dificuldade de adesão e permanência de dependentes de substâncias psicoativas no tratamento.	- Trabalhar a adesão e a permanência de dependentes de substâncias psicoativas no tratamento.	- Aplicar entrevista motivacional para estimular a adesão e a permanência de dependentes químicos no tratamento. - Com base nos motivos relatados de abandono do tratamento, elaborar novas estratégias terapêuticas. - Maior atenção da equipe e maior número de atividades terapêuticas na fase inicial do tratamento.	- Diminuir o abandono e aumentar a adesão ao tratamento de dependentes de substâncias psicoativas.	- Relação das novas atividades terapêuticas implantadas. - Índice de abandono.	2022=2027	CT's, CAPS	PI
- Há evidências de relação entre suicídio e dependência química.	- Implementar projetos que tratem da questão do suicídio relacionados a dependência química.	- Efetivar, no município, projetos que tratem da questão do suicídio junto a pessoas em uso ou dependência de SPA. - Trabalhar a temática na prevenção e no tratamento de pessoas dependentes de SPA.	- Prevenção ao suicídio junto a pessoas e famílias afetadas pelo consumo e dependência de SPA.	- Ações efetivadas.	2022-2027	CT's, CAPS	PI

			- Aumentar fatores de proteção ao suicídio neste público.				
--	--	--	---	--	--	--	--

Dimensão Estratégica - CUIDADO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
Os grupos para tabagistas estão parados.	- Fomentar a continuidade e a criação de novos grupos para tabagistas.	- Fomentar a continuidade dos grupos para tabagistas pararem de fumar. - Estimular a criação de novos grupos para tabagistas.	- Diminuir a demanda por tabaco no município. - Promoção da saúde e qualidade de vida.	- Continuidade dos grupos para tabagistas pararem de fumar. - Novos grupos para este público.		ESF's Policlínica	PI
- Necessidade de grupo de apoio pós-acolhimento.	- Oferecer follow-up (seguimento do tratamento) para egressos do acolhimento.	- Ampliar a rede de grupos de apoio e mútua ajuda para dependentes químicos, seus familiares e amigos. - Efetivar equipe multidisciplinar para acompanhamento pós-acolhimento.	- Diminuir o risco do uso de substâncias psicoativas. - Aumentar os fatores de proteção e prevenção ao uso de substâncias psicoativas.	- Rede de grupos de mútua ajuda ampliada. - Equipe multidisciplinar para acompanhamento pós-acolhimento efetivada.		Secretaria de Assistência	PI

Dimensão Estratégica – REINserÇÃO SOCIAL						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de um serviço de atendimento para o adolescente abrigado, quando ele atinge a idade de 18 anos.	- Assegurar segurança e proteção social no pós-abrigamento quando adolescente alcança maioridade (18 anos).	Efetivar um serviço de pós-abrigamento no município como fator de prevenção às drogas.	- Garantir proteção social e prevenção ao uso de substâncias psicoativas para pós-abrigados.	- Serviço de pós-abrigamento efetivado.	2022-2027	Gestão Municipal	PI
- Necessidade de uma casa de passagem ou de apoio no município.	- Oferecer serviço de Casa de Apoio e de Passagem no município.	- Criar um serviço de Casa de Passagem no município. - Criar um serviço de Casa de Apoio.	- Criação de uma Casa de Passagem e Apoio no município.	- Casa de Apoio. - Casa de Passagem.	2022-2027	Gestão Municipal	PI
- Necessidade de ReinsERÇÃO Social no município – há o entendimento de que há uma lacuna na lei por prever a reinsERÇÃO e não prever financiamento, recursos.	- Implantar serviço de ReinsERÇÃO Social para uso de todas as CTs do município.	- Criar um Programa de ReinsERÇÃO Social de dependentes químicos no município. - Instituir um espaço (moradia) de ReinsERÇÃO Social. - Realizar parcerias com empresas para assimilar a demanda por trabalho. - Estimular a continuidade dos estudos; - Motivar para a autonomia. - Captar recursos para a manutenção do equipamento.	- Município oferecer programa de ReinsERÇÃO Social (com moradia) para os serviços de tratamento e acolhimento em Gaspar. - Garantir recursos para esta área no município.	- Programa instituído. - Moradia efetivada. - Parcerias realizadas. - Recursos alocados ou garantidos.	2022-2027	Gestão Municipal	PI
- Necessidade de um abrigo ou albergue no município.	- Ofertar um meio de hospedagem de baixo custo no município.	- Construir um abrigo ou albergue municipal.	- Oferecer um meio de hospedagem de baixo custo no município.	- Oferta de abrigo ou albergue municipal.	2022-2027	Gestão Municipal	PI

Dimensão Estratégica – REINSERÇÃO SOCIAL						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de projetos de qualificação profissional para jovens e adolescentes em geral com foco para populações de comunidades de grande vulnerabilidade social no município.	- Oportunizar profissionalização a adolescentes entre 14 e 18 anos.	- Criar projetos de qualificação profissional para adolescentes entre 14 e 18 anos, com foco para populações de comunidades de grande vulnerabilidade social no município. - Realizar pesquisas para conhecer o perfil e preferências dos jovens. - Motivar a inserção no Programa Jovem Aprendiz. - Oferecer a oportunidade da profissionalização através da contratação (como Aprendiz), em serviços administrativos nos órgãos públicos da Administração Direta, autarquias e empresas públicas e privadas. - Motivar parcerias com empresas privadas para contratação de jovens aprendizes.	- Oferecer oportunidade de profissionalização a adolescentes entre 14 e 18 anos por meio da contratação, na condição de Aprendizes, em serviços administrativos nos órgãos públicos da Administração Direta, Autárquica e Empresas Públicas e privadas.	- Número de participantes Programa Jovem Aprendiz.	2022-2027	Gestão Municipal Secretaria de Assistência Social	
- Parte das equipes de CT's é formada por egressos do pós-acolhimento. Necessidade de qualificação para as equipes de atendimento das CTs com recursos da lei de incentivo fiscal já que parte das equipes dessas instituições é formada por pessoas pós-acolhimento.	- Efetivar a qualificação das equipes de atendimento das CT's.	- Criar projetos de capacitação profissional, ofertados pelo município, para os acolhidos das CTs a partir do 6º mês de acolhimento com foco a inserção na equipe de trabalhadores das próprias instituições. - Utilizar recursos da lei de incentivo fiscal.	- Oferecer capacitação profissional para acolhidos de CT's a partir do 6º mês de acolhimento com foco a inserção na equipe de trabalhadores das instituições.	- Oferta de cursos de capacitação profissional nas CT's de Gaspar.	2022-2027	Secretaria de Assistência Social	PI
- Dependente químico encontra dificuldades	- Articular parcerias entre	- Preparar o mercado de trabalho efetivando parcerias ou convênios entre instituições	- Oferecer oportunidade de	- Oferta de:	2022-2027	Conselhos Afins	

para encontrar trabalho no pós-acolhimento.	instituições governamentais, empresas e indústrias para preparar o mercado de trabalho para a demanda oriunda do pós-acolhimento.	governamentais, empresas e indústrias para assimilar a demanda. - Criar rede de empresas com vagas para este público. - Oferecer qualificação profissional nas áreas das empresas da rede durante e após acolhimento. - Articulação do COMAD com os conselhos afins. - Articular com as CT's e outras instituições que atendem o dependente de substâncias psicoativas para aplicarem o PROGREDIR (programa da SENAPRED). - Efetivar equipe multidisciplinar na Reinserção Social.	capacitação aos egressos do tratamento/acolhimento em Gaspar.	- Cursos de qualificação profissional. - Rede de empresas com vagas para egressos do tratamento/acolhimento. - Ações articuladas entre Conselhos afins, instituições e empresas.		Primeiro, Segundo e Terceiro Setor	
- Município utilizar a rede de Igrejas e outras organizações da Sociedade Civil para receber os egressos das Comunidades Terapêuticas.	- Preparar também as igrejas e outras instituições para receber egressos de CTs.	- Realizar, nas igrejas e outras organizações da sociedade civil ações de estímulo à acolhida de egressos como fator de proteção.	- Criar uma rede de acolhida ao egresso das Comunidades Terapêuticas.	- Oferta de uma rede de acolhida ao egresso de CT's em igrejas e outras organizações da sociedade civil do município.	2022-2027		PI
- Gaspar tem recebido demandas de moradores de rua usuários de álcool e outras drogas de outros municípios.	- Instituir uma Campanha Não Esmola no município.	- Realizar Campanha Não Esmola nas sinaleiras e outros pontos do município por meio de cartazes. - Conscientizar a população, via meios de comunicação do município, de que a esmola não resolve o problema. - Informar a população dos serviços e ações disponíveis no município para atendimento da população de rua. - Motivar os munícipes para adesão à campanha.	- Diminuir/dirimir as esmolos nas sinaleiras e outros pontos do município. - Conscientizar a população de que a esmola não resolve o problema e informa-la sobre os serviços disponíveis no município para atendimento dessa população.	- Campanha instituída. - Cartazes em sinaleiras e outros pontos do município motivando a população a não dar esmolos. - Ações de conscientização e informação dos serviços disponíveis nos meios de comunicação.	2022-2027	Gestão Municipal Secretaria de Assistência Social	PI

3.4.3 Eixo da Redução de Oferta

A redução de Oferta das drogas é um grande desafio para os governos e sociedades, tanto em nível global, como local. A literatura especializada alerta para o aumento da prevalência mundial do consumo de substâncias psicoativas. Conforme o CONAD, em sua Análise Executiva da questão das drogas no Brasil realizada em 2021, o problema das drogas, no mundo e no Brasil, além de atingir a sociedade, atinge diretamente o sistema penitenciário e a área da segurança pública, onde se vislumbra historicamente o aumento dos índices de violência, o que tem gerado demandas expressivas aos órgãos que atuam na redução da oferta de drogas, exigindo um investimento de recursos cada vez maior por parte do poder público. A dificuldade de coibir a comercialização às drogas ilícitas no país está ligada a aspectos como a facilidade de entrada, circulação e saída das substâncias do país e a lucratividade do tráfico.

Em nível nacional, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (CONAD) são os responsáveis pela redução da oferta e questões de segurança pública no país. Para estas ações há disposição de recursos junto ao Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD). Conforme o Ministério da Justiça e Segurança Pública, a destinação desses recursos é voltada especialmente para ações de redução da oferta, redução da demanda, campanhas, estudos e capacitações relacionadas à temática drogas. Esses recursos também são aplicados na própria gestão do FUNAD e na SENAD, órgão gestor do Fundo.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública define o que é a Redução da Oferta e a diferencia da Redução da Demanda. A redução de oferta consiste em projetos de reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados. Já a redução da demanda está relacionada a programas de prevenção, atenção, cuidado, tratamento e reinserção social de usuários de drogas.

Esta diferenciação é necessária para entendermos o foco deste Eixo-Estratégico no município. Conforme o CONAD, os crimes relacionados ao tráfico são os responsáveis pelos altos índices de violência no país e o mesmo se aplica em nível de municípios. Neste sentido, a necessidade de se atuar cotidianamente com ações de redução de crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas, ao uso de drogas ilícitas e também das lícitas. E essas ações, conforme o CONAD, devem proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas.

Nesta área há uma grande preocupação com os profissionais de segurança pública que necessitam de ações de promoção da saúde, de preservação das condições de trabalho e da sua saúde física e mental. Inclusive necessitam de assistência jurídica.

O CONAD também prevê que a coordenação das atividades de prevenção e repressão ao tráfico nos níveis de governo devam orientar (capacitar) a todos que apoiam essas ações de alguma forma com a finalidade de aprimorar e facilitar o trabalho. Bem como, orienta que o órgão que possui a execução da Política sobre drogas estimule e promova a participação e o engajamento de organizações da sociedade civil e dos setores organizados da sociedade sempre em consonância com as diretrizes governamentais e em interação permanente entre as instituições e serviços.

Entre as diretrizes, o CONAD cita a garantia do anonimato em caso de colaboração espontânea das pessoas. O mesmo se aplica à segurança e anonimato das pessoas e das instituições cujos órgãos sejam encarregados da prevenção e da repressão ao tráfico de drogas.

Prevê ainda: o apoio a realização de ações dos órgãos responsáveis pela investigação, fiscalização e controle; o fluxo de informações entre os órgãos; o aprimoramento e aperfeiçoamento das políticas, das estratégias e ações de combate ao crime do tráfico; ações de desenvolvimento sustentável que busquem diminuir a vulnerabilidade econômica, fator de risco para o envolvimento no tráfico; o aparelhamento das polícias; a capacitação contínua, o estímulo de planos, objetivos e metas de redução da demanda; contribuições de pesquisas e dados criminais, epidemiológicos e de inteligência.

No Eixo da Redução de Oferta o COMAD, por meio da Lei Complementar nº 108, em seu Art. 12, propõe:

- I - promover e apoiar ações contínuas de repressão para reduzir a oferta das drogas ilegais e/ou de abuso e proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas;
- II - articular a coordenação, promoção e integração das ações governamentais responsáveis pela prevenção e repressão ao tráfico de drogas ilícitas, orientando, aprimorando e facilitando o trabalho de todos os agentes apoiadores das atividades;
- III - estimular a conscientização da importância da colaboração espontânea de pessoas e instituições encarregadas pela prevenção e repressão ao tráfico de drogas, garantindo o sigilo dos procedimentos e respeito ético ao anonimato;
- IV - estimular a integração intersetorial entre o Município e as Secretarias Nacional e Estadual de Segurança Pública, para o aperfeiçoamento das políticas e estratégias de combate ao narcotráfico e aos crimes conexos;

V - propor ações de intensificação à integração do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos profissionais da Segurança Pública, estimulando atividades especializadas de combate às drogas.

A pesquisa empírica constatou que existem graves problemas sociais aprofundados pelo tráfico e uso de drogas no município. O tráfico se utiliza de áreas que se encontram deterioradas e, de certa forma, abandonadas pelo poder público transformando-as em áreas de tráfico de drogas. Evidenciou-se a necessidade do patrulhamento diário, de fiscalização e de ações preventivas para reduzir o tráfico e o consumo de drogas no município e que estas ações precisam ser realizadas em rede, de forma multidisciplinar.

Estudos apontam que o envolvimento com drogas ilícitas ocorre principalmente dentro da população de adolescentes e adultos jovens e isso é extremamente preocupante, visto que no Brasil a população abaixo dos 30 anos de idade, em 2019, era de 42,3% de um total estimado em 211 milhões. A estimativa em 2022 é de 216.404.800 de habitantes no país. Só em 2022 nasceram 1.203.356 pessoas, conforme dados da United Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações¹¹.

Essa também foi a preocupação do setor técnico e comunitário ao afirmar que o município precisa trabalhar para detectar os pontos de uso na cidade para pensar ações de repressão e prevenção. O CONAD, em sua Análise Executiva, informa que os crimes que decorrem do tráfico, uso e abuso de drogas são diversos e tem gerado demandas expressivas aos órgãos que atuam na redução da oferta de drogas, exigindo um investimento de recursos cada vez maior por parte do poder público. E frisa que no que se refere à proteção da sociedade e à redução da demanda por drogas, a Carta Magna tem como pilar os direitos sociais previstos no seu artigo 6º. Os direitos ali previstos (em especial, educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos vulneráveis) formam um conjunto de políticas públicas que, organizadas de maneira integrada, traduzem mecanismos de prevenção, cuidado e reinserção social de usuários de substâncias psicoativas.

¹¹ Outras informações em: Relógio da População do Brasil. Disponível em: [População do Brasil 2022 \(countrymeters.info\)](https://countrymeters.info) Acesso em: 15 maio 2022.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS

Eixo III - Redução da Oferta

Dimensão Estratégica – REDUÇÃO DA OFERTA						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Detectar os pontos de uso de drogas na cidade para pensar ações de repressão e prevenção.	- Implantar mapeamento das áreas de risco para o uso no município.	- Mapeamento das áreas de risco de uso de drogas; - Realizar parcerias com institutos, universidades e outras instituições para pesquisa ou levantamentos de dados. - Indicação para segurança pública das áreas de risco. - Ações de repressão e prevenção contínuas e permanentes nas áreas de risco para o uso.	- Produzir mapeamento das áreas de risco de uso de drogas no município. - Reduzir a demanda e a oferta de drogas em Gaspar.	- Parcerias com instituições de pesquisa efetivadas. - Mapeamento realizado. - Diminuição da oferta e do consumo de drogas ilícitas no município.	2022-2027	Segurança Pública	PI
- Ações para reduzir o tráfico e o consumo de drogas no município precisam ser realizadas em rede, de forma multidisciplinar.	- Realizar ações para a redução do tráfico e o consumo de drogas no município.	- Segurança Pública realizar ações em rede e com equipe multidisciplinar para a redução do tráfico no município, e respectivo consumo de drogas.	- Reduzir a oferta de drogas no município. - Diminuir a demanda. - Diminuir o risco de aliciamento de adolescentes e jovens para o tráfico.	- Abordagens em rede efetivadas.	2022-2027	Segurança Pública	PI
- Tráfico em frente aos estabelecimentos escolares.	- Ampliar o policiamento preventivo nas proximidades das Escolas.	- Reforçar o policiamento preventivo em frente e nas proximidades das Escolas. - Criar canal de comunicação sobre consumo e tráfico de drogas entre a rede de serviços e a segurança pública.	- Diminuir o risco do uso e o tráfico e fortalecer os fatores de proteção dos estudantes.	- Policiamento reforçado de forma contínua e permanente.	2022-2027	Segurança Pública Polícia Militar	PI
O abandono, em termos de infraestrutura urbana (prédios, iluminação pública, lixo, sujeira etc.) das áreas de maior vulnerabilidade social no município favorece o tráfico.	- Melhorar a infraestrutura urbana das áreas de maior vulnerabilidade social no município.	- Fazer melhorias nas áreas de maior vulnerabilidade social (como imóveis abandonados) para não favorecer o tráfico. - Policiamento intensivo nas regiões vulneráveis e em outras áreas de risco para o tráfico no município.	- Diminuir o risco para o aliciamento e o tráfico em áreas de maior vulnerabilidade urbana.	- Melhorias efetuadas.	2022-2027	Secretaria de Obras	PI

Dimensão Estratégica – REDUÇÃO DA OFERTA						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
A única lei que pegou no município é a do tabaco de não usar em lugares fechados. A questão da não venda de bebidas para quem está embriagado ou para adolescentes não é respeitada e os postos de gasolina continuam a vender bebidas alcoólicas em suas conveniências.	- Intensificar a fiscalização em estabelecimentos que vendem ou permitem o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco no município.	- Intensificar a fiscalização para o não respeito das leis que proíbem venda para quem está embriagado ou para adolescentes.	- Diminuir os fatores de risco para o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco por adolescentes.	- Fiscalizações realizadas. - Diminuição do risco para o consumo de bebidas alcoólicas e tabaco por adolescentes.	2022-2027	Vigilância Sanitária Segurança Pública Polícia Militar	PI
- Falta de recurso para redução do consumo de álcool no trânsito.	- Promover ações de trânsito com fiscalização focada para embriaguez.	- Realizar ações de trânsito com fiscalização focada para embriaguez. - Promover campanhas de conscientização sobre álcool e direção no município.	- Diminuir o risco de acidentes de trânsito com mortes e feridos por embriaguez.	- Fiscalização efetivada. - Campanhas realizadas. - Relatórios Semestrais dos sinistros e mortes por embriaguez no trânsito.	2022-2027	Guarda municipal de trânsito e PM.	PI
- A família codependente facilita o uso fornecendo recursos para o tráfico.	- Ampliar e criar serviços de atendimento de familiares de dependentes químicos.	- Continuar com o trabalho de conscientizar a família sobre a codependência para que não recaia em atitudes de facilitação. - Ampliar e formar grupos de apoio e mútua ajuda para familiares e dependentes. - Ampliar e formar programas de atendimento de familiares nos serviços da rede.	- Atendimento e tratamento da familiares codependentes na rede de serviços.	- Programas de atendimento disponibilizados. - Famílias atendidas.	2022-2027	Saúde e Assistência Social.	PI

3.4.4 Eixo de Pesquisa e Avaliação

A carga global de doenças causadas pelo uso de tabaco, álcool e outras drogas (ilícitas), conforme estudos, inclui transtornos físicos (cirrose hepática, miocardiopatia alcoólica, polineuropatia, demência etc.) e lesões decorrentes de acidentes (industriais e automobilísticos, por exemplo)¹². Estes estudos apontam que pesquisas do governo federal sobre os custos dos acidentes de trânsito revelam que há uma relação entre o uso do álcool e outras drogas e a gravidade das lesões. Neste sentido, seria fundamental buscar compreender em que condições as substâncias psicoativas são determinantes de uma maior exposição das pessoas a comportamentos de risco. Incluindo, aqui, os efeitos inerentes aos hábitos culturais e também aqueles provocados pelas legislações que procuram regular esses hábitos quando relacionados ao uso de drogas.

Para tanto, são necessárias pesquisas e diagnósticos tanto em nível de país, como de estado e município. Conforme orientações do CONAD, em 2021, as ações de prevenção, tratamento, cuidado e reinserção social deverão ocorrer vinculadas a pesquisas científicas e deverão buscar avaliar, incentivar e multiplicar as políticas que tenham obtido resultados efetivos, com garantia de alocação de recursos técnicos e financeiros, para a realização dessas práticas e pesquisas na área, além de promover o aperfeiçoamento adequado do cuidado às pessoas com uso abusivo e dependência de drogas lícitas e ilícitas, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência.

A literatura estudada, afirma que pesquisas acerca da efetividade das intervenções preventivas no Brasil são escassas, pouco valorizadas e descontínuas ou circunstanciadas a programas localizados. A própria Lei nº 13.840/2019 preconiza a sistematização de dados estatísticos sobre a prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção social e a colaboração mútua e parceria com instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais para a efetivação de ações conjuntas.

Para atuar em prevenção e redução da demanda são necessárias pesquisas. Para isso são necessárias parcerias com universidades e/ou institutos que atuam nesta área. O CONAD

¹² ALARCON, S. Critérios para o Diagnóstico de Dependência Química. In: ALARCON, S., and JORGE, MAS., comps. **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 131-150. ISBN: 978-85-7541-539-9. <https://doi.org/10.7476/9788575415399.0007>.

ao tratar do Eixo da Redução de Oferta, orienta estimular as universidades e outras instituições de pesquisa, públicas ou privadas, a pesquisar novas drogas, em relação à sua composição, potencial de ação, potencial tóxico, agravos à saúde e dependência química, entre outros. Também orienta garantir recursos para a realização de pesquisas, análises e avaliações sobre as práticas das intervenções públicas e privadas, nas áreas de prevenção do uso, do uso indevido e da dependência de drogas, repressão, tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, capacitação e formação e redução da oferta. E coloca que os resultados dessas pesquisas devem servir de orientação para a continuidade ou reformulação dessas práticas.

As diretrizes para este Eixo apontam para a promoção e realização periódica e regular, por meio de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, de levantamentos abrangentes e sistemáticos sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, a realização de pesquisas com a sociedade considerando-se o território e as características regionais, culturais e sociais e populações específicas.

No Eixo das Pesquisas e Avaliações o COMAD, em seu Art. 13, visa

- I - buscar realizar regularmente o levantamento sistemático sobre consumo de drogas lícitas e ilícitas, incentivando pesquisas básicas, epidemiológicas, qualitativas e tecnológicas sobre os determinantes e condicionantes de riscos, bem como sobre conhecimento das drogas, extensão do consumo, evolução, repressão, tratamento, reabilitação, reinserção social e ocupacional, disseminando amplamente os resultados;
- II - promover, por meio de pesquisas, a identificação de princípios norteadores de programas preventivos sobre drogas;
- III - estimular estudos e avaliações sobre violência, aspectos socioeconômicos e culturais, redução de oferta, impactos sociais e custo social e sanitário resultante do uso indevido ou abusivo de drogas;
- IV - estimular a divulgação de pesquisas sobre a relação custo/benefício das ações públicas vigentes, subsidiando a gestão e o controle social da Política Municipal sobre Drogas;
- V - buscar a divulgação, estabelecendo os respectivos critérios, de financiamento para estudos, pesquisas e avaliações.

Para fins do Plano, os resultados das pesquisas no setor técnico e comunitário do município apontaram o Plano de Ação para o período de 2022-2027 no **Eixo da Pesquisa e Avaliação**.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Eixo-Estratégico IV – Pesquisa e Avaliação

Dimensão Estratégica – PESQUISA E AVALIAÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Monitoramento de situações relacionadas ao uso de substâncias psicoativas – importante para a saúde mental do município.	- Implantar monitoramento de situações relacionadas ao uso de substâncias no município.	- Monitorar as situações relacionadas ao uso de substâncias psicoativas no município (pesquisas, banco de dados etc.). - Buscar recursos para pesquisas na área. - Firmar parcerias com institutos, universidades e outras instituições para a realização de pesquisas.	- Firmar parcerias. - Garantir recursos para pesquisas. - Realizar pesquisas de monitoramento de situações relacionadas ao uso de substâncias psicoativas no município. - Formar banco de dados sobre as situações relacionadas ao uso de substâncias psicoativas no município.	- Recursos garantidos. - Parcerias formadas. - Pesquisas realizadas. - Banco de dados efetivado.	2022 - 2027	Gestão Municipal COMAD Institutos, universidades e outras instituições de pesquisas	Plano Interno LO PPA
- Deveria se verificar um histórico longo de uso de álcool e drogas no município, fazer pesquisas, investigações para obter dados da realidade e fundamentar os projetos citados.	- Realizar pesquisas e diagnósticos sobre o histórico e a realidade do uso de álcool e drogas no município.	- Buscar recursos para pesquisas e diagnósticos sobre drogas no município em instituições e órgãos de fomento à pesquisa. - Construir parcerias com institutos, universidades e outras instituições para pesquisas sobre o uso de álcool e outras drogas no município. - Pesquisas da realidade do uso, abuso e dependências de drogas no município.	- Garantir recursos para pesquisas sobre drogas no município. - Construir parcerias com institutos, universidades e outras instituições. - Realizar pesquisas. - Produzir diagnósticos.	- Recursos garantidos. - Parcerias efetivadas. - Pesquisas realizadas. - Diagnósticos produzidos.	2022-2027	Gestão Municipal COMAD Institutos, universidades e outras instituições de pesquisas	Plano Interno LO PPA

Dimensão Estratégica – PESQUISA E AVALIAÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Há ausência de dados sobre a incidência de uso e abuso de drogas nas escolas.	- Realizar pesquisas sobre a incidência de uso e abuso de drogas nas escolas de Gaspar.	- Buscar recursos para financiamento de pesquisas sobre a incidência de uso, abuso e dependência de drogas nas escolas do município. - Efetivar parcerias com institutos, universidades e outras instituições para a realização de pesquisas. - Realizar pesquisas sobre a incidência de uso e abuso de drogas nas escolas do município. - Produzir diagnóstico sobre a incidência de uso e abuso de drogas nas escolas do município. - Criar um banco de dados (registro) sobre a incidência de uso e abuso de drogas nas escolas.	- Garantir recursos. - Fomentar pesquisas no município. - Fomentar a produção de diagnósticos.	- Recursos garantidos. - Parcerias firmadas. - Pesquisas realizadas. - Diagnósticos produzidos.	2022 - 2017	Gestão Municipal COMAD Institutos, universidades e outras instituições de pesquisas	Plano Interno LO PPA
- Necessidade de se quantificar dados sobre a questão das drogas no município.	- Implantar mecanismos de produção e quantificação de dados relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no município.	- Criar mecanismos de produção e quantificação de dados relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em todos os serviços do município.	- Ter um sistema de produção e quantificação de dados relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas em todos os serviços do município.	- Sistema implantado. - Banco de dados em funcionamento.	2022 - 2027	Gestão Municipal COMAD Institutos, universidades e outras instituições de pesquisas	Plano Interno LO PPA

3.4.5 Eixo da Governança, Gestão e Integração

O Eixo da Governança, Gestão e Integração trata dos objetivos comuns da Política sobre drogas que devem ser compartilhados e ancorados nas iniciativas ou ações organizadas pelo município para fins de interesses coletivos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo de diferentes atores sociais, econômicos e institucionais.

O CONAD, em sua Análise Executiva sobre drogas, publicada em 2021, define governança como sendo a capacidade de formular, implementar políticas e alcançar resultados, além da capacidade de interagir com os diversos atores, articular seus interesses e garantir a transparência e a *accountability* da atuação governamental. Alguns autores compreendem a governança como sendo um conjunto de estratégias para governar considerando-se as redes, os diálogos e os padrões de articulação entre os atores sociais, tanto governamentais, como não governamentais. Reconhece-se assim que a formulação e o debate sobre as políticas públicas não se limita ao Estado, mas envolve a participação social e comunitária.

Trata-se, essencialmente, de mecanismos de liderança, estratégia e controle. Estes mecanismos visam avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a forma como são conduzidas as políticas públicas e como é implementada a prestação de serviços de interesse da sociedade. O Tribunal de Contas da União em documento intitulado Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria, de 2014, coloca que, em essência, a boa governança pública tem como propósitos conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de um conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público. Para tanto, conforme texto do mesmo documento, são necessárias ações de avaliação e monitoramento das ações e políticas públicas. Governança no setor público refere-se, portanto, aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos.

Já a integração, conforme o CONAD, reforça a governança como a capacidade de combinar esforços de diversos atores de forma harmônica e em prol de um objetivo comum, a solução dos problemas da política sobre drogas. E, reforça que a governança e a integração de uma política pública exigem comunicação e interação entre os diversos atores envolvidos no processo.

Em nível nacional, a PNAD busca garantir de forma contínua, recursos orçamentários, humanos, administrativos, científicos e de governança para o desenvolvimento de suas ações.

No que tange a gestão, esta trata do cotidiano do funcionamento de programas e de organizações no que diz respeito ao contexto de estratégias, políticas, processos e procedimentos estabelecidos. A gestão preocupa-se com a eficácia e a eficiência dos serviços oferecidos. Conforme o Tribunal de Contas da União em documento intitulado Governança Pública: referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública e ações indutoras de melhoria, de 2014, enquanto a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais, tem responsabilidade sobre o planejamento, a execução, o controle, a ação, seja pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição de órgãos e entidades para a consecução de seus objetivos, a governança provê direcionamento, monitora, supervisiona e avalia a atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas dos cidadãos e demais partes interessadas.

Uma das preocupações da governança é a qualidade do processo decisório e sua efetividade. A gestão entende que já há um direcionamento superior, importa que os agentes públicos garantam sua execução com qualidade.

Neste sentido, faz-se importante garantir a participação social nos processos decisórios e de construção de políticas para o município.

A participação social garante a atuação sistêmica das instâncias coletivas de representação social e de discussão dos assuntos pertinentes ao ambiente social. A participação social traz dinamismo e novas sinergias na relação entre esses espaços e a comunidade local. É uma forma de a comunidade monitorar (exercer o controle social) ou influenciar na organização de uma sociedade, seja em nível local, regional ou global. Embora a própria construção da CF 1988 garantiu a participação social no país, foi na década de 1990, com a Lei Federal nº 8.142¹³, que a participação social passou a ser assegurada por meio de um parâmetro legal.

Gaspar possui inúmeras instâncias de participação social como os Conselhos de Saúde, de Assistência Social, do Idoso, do Deficiente, da Mulher, da Criança e Adolescente etc. Os conselhos municipais são espaços institucionalizados de participação. No entanto, há outras formas como os fóruns, conferências, seminários para o exercício da participação social nas decisões sobre as políticas do município.

Para que haja articulação da rede e integração entre os serviços relacionados ao uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas no município nos cinco eixos-

¹³ A Lei Federal nº 8.142, de 1990, assegurou a participação social em Conferências e Conselhos de Saúde.

estratégicos deste Plano, faz-se necessário considerar o caráter intersistêmico, intersetorial, interdisciplinar e transversal de sua construção.

Em nível de município, a Lei Complementar nº 108/2019, em seu Art. 3º, informa que o SISMAAD se constitui num instrumento de articulação, integração e coordenação das atividades relacionadas com a

I - prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas;

II - repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Neste sentido, a partir da pesquisa com o setor técnico e comunitário do município, resultaram objetivos, ações e metas no **Eixo da Governança, Gestão e Integração** para o período de 2022 – 2027.

PLANO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
Eixo-Estratégico V – Governança, Gestão e Integração

Dimensão Estratégica – GOVERNANÇA				
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores
- Necessidade de as Comunidades Terapêuticas se unirem.	- Fomentar a criação de um Fórum Permanente de Comunidades Terapêuticas em Gaspar.	- Criar um Fórum Permanente de CT's em Gaspar.	- Articulação e integração das Comunidades Terapêuticas por meio de um Fórum Permanente de CT's no município.	- Fórum Permanente de CT's criado.
- COMAD está enfraquecido no município.	- Tornar o COMAD conhecido no município.	- Realizar capacitações, conferências e fóruns referente a política sobre drogas e outras temáticas inerentes para tornar o COMAD conhecido no município. - Divulgar as reuniões de plenária e as ações do COMAD nos meios de comunicação oficiais do município para motivar a participação social. - Criar Assessoria para o COMAD.	- COMAD atuante e conhecido no município.	- Capacitações, conferências e fóruns. - Divulgação nos meios de comunicação oficiais do município. - Assessoria ao COMAD efetivada.
- Falta orientação para as equipes do órgão de trânsito sobre como agir com as pessoas quando se identifica a presença de substâncias psicoativas.	- Instituir um canal de comunicação e orientação do órgão de trânsito com a rede de serviços do município.	- Criar um canal de comunicação e orientação (um número/contato telefônico) entre o COMAD e os demais serviços do município. - Realizar ações de capacitação em substâncias psicoativas voltadas para o órgão de trânsito. - Capacitar toda a rede de serviços de Gaspar.	- COMAD promover e apoiar o aperfeiçoamento e atualização da rede além de orientar sobre encaminhamentos para ajuda no município.	- Canal de comunicação e orientação efetivado. - Capacitações, aperfeiçoamentos e atualizações na rede de serviços sobre drogas realizadas.
- PLAMAD ser implementado em Gaspar	- Implementação do PLAMAD.	- Implementar o Plano Municipal de Políticas Sobre Drogas (PLAMAD) no município. - Realizar, por meio do COMAD, monitoramento e avaliação do Plano.	- Implementação do PLAMAD.	- Implementação do PLAMAD efetivada.

Dimensão Estratégica – GOVERNANÇA						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Ausência de registros da história do COMAD no município.	- Divulgar a história do COMAD no município.	- Escrever a história do COMAD. - Divulgar a história no município.	- Município conhecer a história do COMAD.	- História do COMAD escrita.	2022-2023	COMAD	
- Referente à política sobre drogas no município entende que esta não é divulgada.	- Tornar a Política sobre drogas conhecida no município.	- Divulgar a Política sobre drogas no município.	- Divulgação da Política drogas no município.	- População do município ter conhecimento sobre a Política sobre drogas.	2022-2027	COMAD	

Dimensão Estratégica – GESTÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de espaços livres de substâncias psicoativas como o álcool.	- Estimular a criação de espaços livres do álcool.	- Motivar a criação de espaços (restaurantes, espaços de lazer para a comunidade, espaços frequentados por adolescentes e jovens) livres de bebidas alcoólicas em Gaspar.	- Ofertar espaços livres do consumo de bebidas alcoólicas no município.	- Oferta desses espaços no município.	2022-2027	Gestão Municipal	
- Deveria haver um (a) Secretário (a) ou Diretor (a) de Políticas Sobre Drogas em Gaspar.	- Implantar uma Diretoria de Políticas Sobre Drogas no Município.	- Criar uma Diretoria de Políticas Sobre Drogas no município, para articulação e encaminhamentos de pessoas e famílias na rede. - Disponibilizar assessoria ao COMAD.	- Diretoria de políticas sobre drogas para articulação e encaminhamentos de pessoas e famílias na rede.	- Diretoria de Políticas Sobre Drogas instituída. - Diretor (a) de Políticas Sobre Drogas efetivado.	2022-2027	Gestão Municipal	
- A precarização e a rotatividade nos serviços reduzem o vínculo tão necessário.	- Priorizar a realização de concurso público.	- Lançar editais de concursos públicos para os trabalhos de prevenção, tratamento e reinserção social.	- Reduzir a rotatividade no serviço público.	- Contratação por concurso público.	2022-2027	Gestão Municipal Secretarias Diretorias	
- Necessário capacitar a rede para a prevenção.	- O trabalho em rede funcionar.	- Capacitar a rede, por meio de projetos de reciclagem, sobre prevenção.	- Garantir recursos para projetos.	- Recursos para projetos. - Capacitação realizada.		Gestão Municipal Secretarias Diretorias	
- O que estiver num Plano se tornar política de estado e não mais política de governo, perpassando gestões municipais, estaduais ou federais.	- Efetivar o Plano Municipal de Políticas sobre drogas no município.	- Implantar e efetivar o Plano Municipal sobre drogas no município. - Garantir recursos para a efetivação de projetos na área.	- Política sobre drogas como política de estado.	- Plano Municipal sobre drogas implantado e efetivado. - Captação de recursos para efetivação de projetos realizada.	2022-2027	Gestão Municipal Secretarias Diretorias	
- Necessidade de, em nível de gestão das políticas, articular a rede.	- Articular a rede em nível de gestão de políticas.	- Articular a rede em nível de gestão das políticas por meio de encontros intersetoriais. - Criar estratégias de aproximação das políticas em prol do usuário.	- Articulação da rede.	- Ações de articulação da rede em nível de gestão das políticas efetivadas.	2022-2027	Gestão Municipal	

Dimensão Estratégica – GESTÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Há necessidade de, em nível de políticas públicas, elaborar projetos e oficinas que atendam as especificidades do público adolescente. Não esquecendo os outros públicos.	- Implantar projetos e ações de prevenção, cuidado e tratamento para o público adolescente, considerando suas especificidades.	- Elaborar projetos e ações de prevenção, cuidado e tratamento para o público adolescente, considerando suas especificidades sem esquecer dos outros públicos.	- Elaboração de projetos considerando as especificidades do público-alvo.	- Projetos de prevenção, cuidado e tratamento para adolescentes considerando suas especificidades.	2022-2027	Gestão Municipal Secretaria de Saúde Secretaria de Assistência Social	
- Regiões de vulnerabilidade se encontram abandonadas pelas políticas públicas, com sérios problemas de infraestrutura urbana, facilitando o tráfico.	- Melhorar as condições sociais e de infraestrutura urbana em regiões de vulnerabilidade.	- Trabalhar para a melhoria da infraestrutura urbana destas regiões. - Aumentar a movimentação de pessoas (policiamento) e serviços (como CRAS, ESF) nestes locais. - Intensificar o combate ao tráfico de drogas no município.	- Melhorar as condições sociais e de infraestrutura urbana em regiões de vulnerabilidade e reduzir a oferta de drogas nestas regiões.	- Projetos de melhorias da infraestrutura urbana de regiões de vulnerabilidade do município. - Presença de policiamento. - Implantação de equipamentos de saúde e assistência social mais perto da comunidade.		Gestão Municipal Secretaria de Obras	
- Falta recurso/orçamento na área de esportes para os bairros.	- Ampliar recursos/orçamento na área de esportes para os bairros.	- Captar recursos de fundos e instituições de fomento para a área de esportes no município. - Criar projetos desportivos para aplicação nos bairros com monitoramento de profissionais. - Direcionar recursos para estes projetos.	- Disponibilizar recursos para projetos na área dos esportes no município.	- Projetos de captação de recursos em órgãos de fomento. - Projetos na área dos esportes acontecendo nos bairros.	2022-2027	Gestão Municipal Fundação Municipal de Esportes e Lazer	

Dimensão Estratégica – GESTÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Não tem quadras poliesportivas ou outros espaços para a comunidade praticar atividades físicas em todos os bairros do município.	- Oferecer espaços para a comunidade praticar atividades físicas nos bairros do município.	- Instalar quadras poliesportivas nos bairros. - Oferecer espaços para a comunidade praticar atividades físicas em cada bairro.	- Oferecer espaços para atividades físicas e promoção da vida saudável em todos os bairros do município como fator de proteção ao uso de substâncias psicoativas.		2022-2027	Gestão Municipal Fundação Municipal de Esportes e Lazer	
- Necessidade de recursos para o Fundo Municipal sobre drogas.	- Efetivar recursos para o Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas – FREMAD.	- Orçamento para o Fundo de Recurso Municipal para Ações de Políticas Públicas Sobre Drogas – FREMAD.	- Garantir orçamento para o FREMAD a ser utilizado segundo diretrizes e deliberações do COMAD.	- Fundo Municipal sobre drogas (FREMAD) com recursos.	2022-2027	Gestão Municipal COMAD	
- Necessidade de fundo específico para tratamento do dependente químico.	- Direcionar recursos específicos no FREMAD para tratamento do dependente químico no município.	- Viabilizar no FREMAD recursos para o tratamento/acolhimento de dependentes de substâncias psicoativas.	- Disponibilizar recursos no fundo da política sobre drogas para a área de tratamento, acolhimento.	- FREMAD com recursos para tratamento.	2022-2027	Gestão Municipal COMAD	
- Os recursos destinados para o CAPS foram reduzidos em 50% este ano o que afeta diretamente os acolhimentos.	- Aumentar os recursos destinados para o CAPS no município.	- Garantir mais recursos para o Centro de Atenção Psicossocial do município.	- Garantia de recursos para as demandas do CAPS.	Recursos suficientes para as demandas do CAPS.	2022	Gestão Municipal Secretaria de Saúde	PPA

Dimensão Estratégica – GESTÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Maior envolvimento da Gestão Executiva na articulação e integração da rede.	- Ampliar o envolvimento da Gestão Municipal na articulação da rede e integração entre os serviços.	- Melhorar a articulação e integração da rede com incentivo a Gestão municipal.	- Maior participação da Gestão Municipal na articulação e integração da rede e serviços.	- Participação e envolvimento da Gestão Municipal na articulação e integração da rede.	2022-2027	Gestão Municipal	

Dimensão Estratégica – INTEGRAÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Não há mobilização social para cobrar dos políticos as ações prometidas.	- Estimular a mobilização social nos bairros para lutar por políticas públicas.	- Fomentar a mobilização e a participação social da comunidade. - Incentivar a participação nos Conselhos locais e Associação de Moradores. - Promover oficinas de capacitação sobre mobilização e participação social na comunidade em parcerias com projetos de extensão universitária.	- Fomentar a mobilização e a participação social no município.	- Parcerias com universidades para a realização de projetos de extensão universitária nos bairros.	2022-2027	Organizações da Sociedade Civil Universidades – programas de extensão	
- Necessidade de melhorar a articulação da rede e a integração entre os serviços.	- Promover a articulação da Rede e a integração entre os serviços.	- Trabalhar para a rede funcionar mais efetivamente. - Melhorar a articulação entre os atores da rede. - Integrar os serviços e motivar os profissionais para tratar as especificidades. - Integrar os serviços e motivar os profissionais para tratar as especificidades. - Buscar a articulação entre as políticas em geral por meio de encontros intersetoriais.	- Promoção da articulação da rede e da integração entre os serviços.	- Ações de articulação da rede e integração entre os serviços efetivadas. - Encontros realizados	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- Há uma falha dentro das políticas públicas – não há trabalho em rede na área da prevenção.	- Estimular o trabalho em rede na área da prevenção.	- Trabalhar a prevenção às drogas em todas as políticas do município. - Formar uma rede integrada de prevenção às drogas a partir da capacitação. - Capacitações para a rede. - Preparar material unificado de prevenção a ser utilizado em toda a rede de acordo com as orientações municipais, nacionais e internacionais. - Utilizar os meios de comunicação oficiais para repassar informação sobre álcool e outras drogas para a rede.	- Trabalho de prevenção integrado e articulado no município.	- Rede integrada de prevenção às drogas.	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	

- Necessidade de Protocolos de atendimento de dependentes químicos entre as instituições.	- Implantar Protocolos de Atendimento de dependentes de substâncias psicoativas entre as instituições.	- Instituir Protocolos de Fluxos de Atendimento de dependentes psicoativas entre as instituições.	- Implantação de Protocolos de Fluxo de Atendimento para dependentes de substâncias psicoativas entre as instituições.	- Protocolos de Atendimento de dependentes químicos implantados.	2022-	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- Necessidade de Protocolo Municipal sobre a violência doméstica e intrafamiliar que tem, em muitos casos, relação com o uso de substâncias psicoativas.	- Implantar Protocolo Municipal sobre a violência doméstica e intrafamiliar no município.	- Criar um Protocolo Municipal sobre a violência doméstica e intrafamiliar.	- A rede poder contar com um Protocolo Municipal sobre a violência doméstica e intrafamiliar.	- Protocolo implantado.	2022-	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
Necessidade de um protocolo de atendimento para acolhimento no município.	- Implantar um Protocolo de Fluxo de Atendimento específico para o acolhimento no município.	- Criar um Protocolo de Fluxo de Atendimento específico para acolhimento.	- Os serviços que prestam acolhimento de dependentes químicos no município terem um Protocolo de Atendimento específico.	- Protocolo criado e efetivado.	2022-	Gestor Municipal Secretarias Diretorias CT's	

Dimensão Estratégica – INTEGRAÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de Protocolo de Atendimento para a pessoa em situação de rua no que diz respeito à questão do uso, abuso ou dependência de álcool e outras drogas.	- Implantar Protocolo de Atendimento para pessoa em situação de rua em uso de substâncias psicoativas.	- Protocolo de atendimento à pessoa em situação de rua e que direcione como e para onde encaminhar quando a pessoa atendida precisa intervenção ou internação no que tange à questão do alcoolismo e drogas.	- Município ter Protocolo de Atendimento de pessoas em situação de rua alcoolizada ou em uso de outro tipo de substância psicoativa.	- Protocolo de Atendimento criado e efetivado.	2022	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- Necessidade de cruzar os sistemas dos serviços.	- Cruzar os sistemas dos serviços.	- Criar um sistema de suporte e acompanhamento de casos interrede. - Proposta de sistematização compartilhada de dados de atendimento – respeitando os direitos de sigilo.	- Oferecer sistema integrado e compartilhado de dados de atendimento – respeitando-se os direitos de sigilo.	- Sistema integrado implantado.	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- Há a necessidade de os serviços conhecerem os fluxos de atendimento. O encaminhamento errado pode levar a re-encaminhamento.	- Promover encontros entre a rede para que os serviços conheçam os fluxos de atendimento.	- Realizar encontros entre as políticas setoriais, grupos, encontros interinstitucionais, envolvendo também sistema de justiça e segurança pública do município.	- Evitar re-encaminhamentos e promover a integração da rede.		2022-	Coordenação dos serviços de atendimento na área	
- Falta comunicação e acompanhamento entre os serviços de atendimento ao dependente de substâncias psicoativas.	- Melhorar a articulação e o acompanhamento entre os serviços.	- Criar mecanismos que possibilitem o diálogo e acompanhamento entre os serviços de atendimento ao dependente de substâncias psicoativas.	- Promoção da articulação e acompanhamento interredes.	- Rede articulada e que possibilite e acompanhamento e o diálogo entre os serviços.	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	

Dimensão Estratégica – INTEGRAÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Há falta de diálogo entre as políticas. Há a percepção de vínculos fragilizados em relação à rede. Explicita-se a necessidade de fortalecer a rede de forma integrada e sistêmica e promover o diálogo entre as políticas públicas.	- Promover o fortalecimento da rede de forma integrada e sistêmica.	- Trabalhar para a rede conhecer a rede (o que cada serviço faz); - Criar mecanismos de retorno entre os serviços – referência e contrarreferência. - Promover o diálogo entre as políticas públicas no município. - A comunicação intersetorial entre as instituições.	- Funcionamento integrado e sistêmico da rede.	- Rede atuando de forma sistêmica e integrada.	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- A intersetorialidade é frágil no município.	- Avançar na intersetorialidade.	- Fortalecer e empoderar o sistema de garantia de direito, - Ativar a funcionalidade da intersetorialidade. - Atuar na construção de fluxos de atendimento, todos os setores estarem abertos e a pessoa ser atendida em sua integralidade, para se construir uma política integrada de prevenção, tratamento, cuidado e reinserção social de dependentes de substâncias psicoativas.	- Promoção da intersetorialidade.	- Intersetorialidade funcionando no município.	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- Rotatividade profissional é muito alta e é um problema grave no que tange ao atendimento de pessoas que fazem uso, abuso ou são dependentes de substâncias psicoativas.	- Evitar a rotatividade de pessoal.	- Manter o servidor público no serviço independente da mudança de gestor.	- Evitar a rotatividade de pessoal nos serviços de atendimento.	-	2022-2027	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	

Dimensão Estratégica – INTEGRAÇÃO						Dimensão Tática	Dimensão Operacional
Problema	Objetivo Estratégico	Ações	Meta	Indicadores	Prazo	Iniciativas e Compromisso	Recursos
- Necessidade de diálogo entre as diversas políticas de atendimento ao dependente químico.	- Criar estratégias para o atendimento integrado e sistêmico para o dependente químico.	- Adotar o sistema de referência e contra referência (intersetorialidade) no atendimento ao dependente químico. - Buscar o diálogo entre os serviços de atendimento do dependente químico.	- Políticas de atendimento ao dependente químico que dialogam entre si.	- Existência de diálogo entre as diversas políticas de atendimento ao dependente químico.	2022-	Gestor Municipal Secretarias Diretorias Profissionais dos serviços Equipes de OSC's	
Necessidade urgente de unificar a rede. Tornar conhecido o que a rede faz na própria rede – momentos de articulação para conhecer o que cada integrante da rede faz.	- Tornar a rede conhecida para a própria rede.	- Unificar a rede – tornar conhecidas as ações da rede para a própria rede.	- Promoção da unificação da rede.	- Rede unificada.	2022-	Gestor Municipal Secretarias Diretorias	
- Necessidade de comunicação das ações em que igrejas ou população possam participar.	- Divulgar ações referente a área da política sobre drogas.	- Publicar ações onde as Igrejas locais e população possam participar. - Anunciar nos diversos meios de comunicação existentes no município.	- Divulgação das ações referente à política sobre drogas no município.	- Divulgação em todos os meios de comunicação possíveis.	2022-2027	COMAD	

4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (PLAMAD), foi elaborado, no período de janeiro de 2021 a junho de 2022, pela Cruz Azul no Brasil¹⁴ em consonância com a atual Política Nacional sobre drogas e com a Política Municipal sobre drogas de Gaspar e seguindo orientações do Guia Metodológico para elaboração do Plano Nacional de Políticas sobre drogas (PLANAD) do Conselho Nacional de Políticas sobre drogas (CONAD, 2020).

O PLAMAD tem como itens a introdução, justificativa, objetivos, metodologia e a análise executiva da questão das drogas em Gaspar com as propostas para o município no período de 2022 a 2027 por Eixo-Estratégico da Prevenção, Tratamento, Cuidado e Reinserção Social, Redução da Oferta, Pesquisa e Avaliação, Governança, Gestão e Integração.

É o primeiro Plano Municipal sobre drogas do município de Gaspar.

Após sua elaboração e aprovação pelo Comitê Especial Para Construção do Plano Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas, na reunião do dia 24 de maio de 2022 e pelo Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre drogas (COMAD) na reunião ordinária do dia 27 de maio de 2022 e reunião extraordinária do dia 30 de maio de 2022 (com a participação do Comitê Especial), o PLAMAD permaneceu em consulta pública pelo período de 15 dias no site oficial da Prefeitura de Gaspar (<https://www.gaspar.sc.gov.br/comad-abre-espaco-para-sugestoes-do-publico/>). Uma consulta pública é um mecanismo de participação social, de caráter consultivo, aberto a qualquer pessoa interessada, com prazo definido que visa receber contribuições sobre determinado assunto¹⁵. Dessa forma, a população teve a possibilidade de participar com propostas e contribuições de melhorias. Passado este período, não houveram sugestões de alteração, inserção ou exclusão, ficando assim, o mesmo aprovado pelos dois citados colegiados.

Assim sendo, o Comitê Especial para construção do Plano Municipal de políticas públicas sobre drogas de Gaspar oficializou a aprovação do Plano Municipal de Políticas Públicas sobre drogas (PLAMAD) do município de Gaspar, SC, por meio de parecer, para fins de evidenciar o trâmite da consulta pública e da aprovação já ocorrida pelo Comitê e pelo COMAD nas reuniões citadas.

¹⁴ Empresa contratada para sua elaboração.

¹⁵ **Disponível em:** <https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas>
Acesso em: 08 mar. 2022.

Fica a gestão municipal a responsável pelo processo de implementação do PLAMAD que tem a ver com a produção e oferta das ações e serviços previstos neste documento ao município e o COMAD pelo monitoramento, avaliação e revisão periódica do Plano.

Neste sentido, torna-se imprescindível avaliar a agenda, a eficiência das ações, os resultados e o impacto, o processo de tomada de decisão, o processo de implementação do Plano que tem a ver com a produção e oferta das ações e serviços previstos neste documento ao município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ratifica-se a importância de um Plano Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas no município como instrumento norteador, operacionalizador e executor dos resultados das construções coletivas nos diversos espaços de discussão e construção comunitária como Oficinas municipais e comunitárias, Seminários, e Reuniões de colegiados que ocorreram no município. Esses instrumentos plurais e democráticos originaram a preocupação dos gestores, técnicos e da sociedade/comunidade em geral para com as práticas e ações na área do uso e abuso e dependência de álcool e outras drogas e a construção de propostas a serem executadas no período de 2022 a 2027 no município. A construção do Plano Municipal da Políticas Públicas Sobre Drogas de Gaspar (PLAMAD) que agora se efetiva, é resultado das deliberações e encaminhamentos destes fóruns de discussão e participação social e, espera-se, instrumento balizador da política pública sobre drogas junto a rede de suporte e apoio no município de Gaspar.